

**DA FAMÍLIA À CRECHE: NARRATIVAS DE MÃES SOBRE
PROCESSOS DE TRANSIÇÃO DE SEUS BEBÊS**

MARINA RIBEIRO DA CUNHA FERNANDES

Brasília/DF
2014

DA FAMÍLIA À CRECHE: NARRATIVAS DE MÃES SOBRE PROCESSOS DE
TRANSIÇÃO DE SEUS BEBÊS

Marina Ribeiro da Cunha Fernandes

Dissertação apresentada como exigência para
obtenção do título de Mestre em Educação da
Universidade de Brasília na Linha de Pesquisa
Escola, aprendizagem, ação pedagógica e
subjetividade na educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fernanda Müller

Brasília/DF
2014

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Acervo 1019159.

F363f Fernandes, Marina Ribeiro da Cunha.
Da família à creche : narrativas de mães sobre processos de transição de seus bebês / Marina Ribeiro da Cunha Fernandes. -- 2014.
94 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2014.

Inclui bibliografia.

Orientação: Fernanda Müller.

1. Família. 2. Educação de crianças. 3. Creches.
4. Socialização. I. Müller, Fernanda. II. Título.

ODU 373.24

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DA FAMÍLIA A CRECHE: NARRATIVAS DE MÃES SOBRE PROCESSOS DE
TRANSIÇÃO DE SEUS BEBÊS

Brasília, 8 de dezembro de 2014

Banca examinadora

Prof.^a Dr.^a Fernanda Müller

Faculdade de Educação – Universidade de Brasília (UnB)

(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Marta Morgade Salgado

Facultad de Psicología – Universidad Autónoma de Madrid (UAM)

(Membro Titular)

Prof.^a Dr.^a Ana Cristina Murta Collares

Departamento de Sociologia – Universidade de Brasília (UnB)

(Membro Titular)

Prof.^a Dr.^a Wivian Jany Weller

Faculdade de Educação – Universidade de Brasília (UnB)

(Membro Suplente)

Dedico este trabalho a duas gerações: meu companheiro e meus filhos. Ao Diego, pelo apoio incondicional, e ao Artur e Pietro, pela inspiração permanente e interesse na Educação Infantil.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai Pedro e à minha mãe Cristina, pelo constante apoio e incentivo à realização desta etapa em minha vida.

Aos meus irmãos Rodrigo e Thiago, por me proporcionarem momentos descontraídos.

À minha avó Maria, por ter me ajudado em diversos momentos deste percurso.

Aos meus sogros Wilson e Helena, que cederam o seu lar para tantos momentos de edição desta pesquisa.

Ao meu companheiro Diego, por ter, acima de tudo, me incentivado a ingressar neste projeto. Sem ele, nada disso teria sido realizado.

Aos meus amados filhos, Artur e Pietro, que tornam minha vida serena, tranquila e feliz.

À minha orientadora Fernanda Müller, pela postura de apoio frequente ao meu trabalho e por todos os seus ensinamentos.

Às minhas amigas do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa sobre a Infância (GIPI): Cíntia, Michelle, Angélica, Lucélia e Rhaisa, pelos momentos compartilhados.

Às professoras que fizeram parte da minha Banca de Qualificação, Wivian Jany Weller como membro titular e Ana Cristina Murta Collares como membro suplente, pelos apontamentos valiosos que deram seguimento a minha dissertação e tornaram sua finalização possível.

À professora Fúlvia Maria de Barros Mott Rosemberg (*in memoriam*), que também fez parte da minha Banca de Qualificação como membro titular e, além de seus apontamentos presenciais, serviu-me de inspiração para a delimitação do meu objeto de estudo e para todo o meu trabalho. Meu agradecimento especial àquela que, com postura sempre crítica, inaugurou o campo de estudos sobre a creche no cenário científico brasileiro.

Às professoras que fizeram parte da minha Banca de Defesa, Marta Morgade Salgado e Ana Cristina Murta Collares como membros titulares e Wivian Jany Weller como membro suplente, pelas críticas e sugestões que realizaram, além de propostas de novos projetos de pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e a todos os contribuintes brasileiros, que proporcionaram a realização da minha pesquisa com auxílio de bolsa de estudos.

Aos meus amigos Andrey Rank e Sandra Campelo, por me ajudarem com as traduções, normas ABNT, edição de texto no Word, transcrições.

Ao professor Craig e ao Ateliê de Letras, que revisaram esta dissertação.

Por fim, a todos aqueles, que me auxiliaram e me estimularam durante este percurso.

"[...] Uma movimentação importante em torno da pequena infância, de suas necessidades educativas e de suas competências, pode também ser observada nesta segunda metade do século XX, que justificaria, mesmo por parte de famílias cujas mães não trabalham fora, a procura de outras instituições para enriquecer a socialização do filho."

(ROSEMBERG, 1995, p. 170)

RESUMO

Com base na ideia de que a creche é um direito da criança, e não somente de seus responsáveis, observa-se a tendência de mudança no padrão de educação de crianças de 0 a 3 anos. Antes, exclusividade da família, modelos atuais passam a contemplar contextos externos ao espaço doméstico, sem que a família seja considerada portadora de alguma patologia social (ROSEMBERG, 1995). Nesse quadro é importante conhecer como mães percebem e descrevem esse processo de transição, pois ainda poucos estudos têm dado atenção a esse processo. O objetivo desta dissertação de mestrado é descrever e interpretar narrativas de mães acerca dos processos de transição de seus bebês no contexto familiar à creche. Tratando família e creche como instituições sociais, este trabalho propõe uma discussão teórica sobre o conceito de transição para abranger esse processo que ocorre do espaço doméstico para a instituição educativa. A pesquisa de campo foi realizada com duas mães de classe média de Brasília/Distrito Federal, cujos bebês foram inseridos na creche durante o primeiro ano de vida. Foram realizadas duas entrevistas com cada mãe, que abordaram os temas família e creche. Como estratégia metodológica, esta pesquisa considerou a fotografia e as entrevistas para captar nas narrativas das mães como vivenciaram o processo de transição de seus bebês. Além disso, as fotografias motivaram a discussão das entrevistas e serviram de suporte para evocar memórias e comentários das entrevistadas através da estratégia de foto-elicitación. A análise dos dados identificou duas categorias explicativas do processo de transição, a saber: socialização e eventos preparatórios para a inserção do bebê na creche. Dessa forma, foi possível concluir que as mães buscam instituições educativas como parceiras na educação e cuidado de seus bebês motivadas pela socialização que promovem. Igualmente, o momento de inserção é de fundamental importância para as mães e requer preparação antecipada e contínua para vivenciarem o processo de transição de seus bebês.

Palavras-chave: Família. Creche. Transição. Inserção. Socialização.

ABSTRACT

Based on the idea that early childhood education is a child's right – and not only the parent's - one may observe a changing tendency in the education pattern of children aged 0 to 3. Once exclusive to the family, current models have now begun to contemplate external contexts beyond the domestic space without the family being regarded a carrier of any social pathology (ROSEMBERG, 1995). In this context, it is important to see how mothers perceive and describe the transition process involved as not many studies have addressed it yet. This master's degree dissertation seeks to describe and interpret mothers' accounts of their babies' transition process into early childhood education in a family context. Treating family and early childhood education as social institutions, this paper offers a theoretical discussion on the concept of transition including this process from the domestic space to the educational institution. Field research involved two middle class mothers from Brasília - Federal District, whose babies were placed in early childhood education during the first year of life. Two interviews were held with each mother addressing the themes of family and early childhood education. The methodological strategy considered photographs and interviews to obtain the mothers' narratives on how they saw their babies' transition process. In addition, the pictures encouraged the discussion in the interviews and served as support to jog the interviewees' memories and spur comments using the strategy of photo-elicitation. Data analysis identified two explanatory categories of the transition process namely socialization and preparatory events for placing the baby in early childhood education. It was thus possible to conclude that the mothers seek educational institutions as partners in education and care of their babies based on the socialization they offer. The moment of ingression is of equal fundamental importance to the mothers and requires both prior and continual preparation, in order to follow their babies' transition process.

Word-key: Family. Early childhood education. Transition. Ingression. Socialization.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – “Divisor de águas”	45
Fotografia 2 – “União de família”	45
Fotografia 3 – “Companheirismo”	46
Fotografia 4 – “Fruto da nova família”	47
Fotografia 5 – “Importância da família de origem”	47
Fotografia 6 – “Família completa”	49
Fotografia 7 – “Apoio e proteção”	50
Fotografia 8 – “Sem palavras”	50
Fotografia 9 – “Relação fraterna”	51
Fotografia 10 – “Expectativa”	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterização das mães entrevistadas	35
Quadro 2 – Classificação das classes sociais.....	36

LISTA DE SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEP/IH/UnB – Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília

CF/88 – Constituição Federal de 1988

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

GIPI – Grupo Interdisciplinar de Pesquisa sobre a Infância

LDB/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96

MEC – Ministério da Educação

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UAM – Universidad Autónoma de Madrid

UnB – Universidade de Brasília

LISTA DE SÍMBOLOS

Códigos utilizados na transcrição das entrevistas (inspirado no modelo de Luiz Antônio Marcuschi, 2006)

- [] falas simultâneas: “Quando dois falantes iniciam ao mesmo tempo um turno” (MARCUSCHI, 2006, p. 10)
- [] sobreposição de vozes: “Quando a concomitância de falas não se dá desde o início do turno mas a partir de um certo ponto [...]” (MARCUSCHI, 2006, p. 10)
- [] sobreposições localizadas: “Quando a sobreposição ocorre num dado ponto do turno e não forma novo turno [...]” (MARCUSCHI, 2006, p. 10-11)
- (+) ou (2,5) pausas: quando há pausas e silêncios. Para pausas inferiores a 1,5 segundo, utiliza-se o + e para superiores indica-se o tempo cronometrado dentro dos parênteses
- () dúvidas e suposições: quando o pesquisador não consegue entender uma parte da fala do entrevistado. É possível indicar a dúvida com a expressão “incompreensível” ou escrever o que se supõe ter entendido (MARCUSCHI, 2006, p. 11)
- / truncamentos bruscos: “quando um falante corta uma unidade [...]” (MARCUSCHI, 2006, p. 11)
- MAIÚSCULA ênfase ou acento forte: “quando uma sílaba ou uma palavra é pronunciada com ênfase ou recebe acento mais forte que o habitual” (MARCUSCHI, 2006, p. 12)
- :: alongamento de vogal: “quando ocorre um alongamento da vogal”, por exemplo e:::eu (MARCUSCHI, 2006, p. 12)
- (()) comentários do analista: quando o pesquisador deseja comentar algo que ocorre, como o sorriso da entrevistada
- “ ’ , sinais de entonação: aspas duplas são usadas para uma subida rápida, como um ponto de interrogação; aspa simples para uma subida leve, como uma vírgula ou ponto-e-vírgula e aspa simples abaixo da linha para uma descida leve ou brusca
- e e xemplo repetições: “reduplicação da letra ou sílaba [...]” (MARCUSCHI, 2006, p. 13)
- ah, é::, aham pausa preenchida, hesitação ou sinais de atenção
- ... ou /.../ “indicação de transcrição parcial ou de eliminação: [...] o uso de reticências no início e no final de uma transcrição indica que se está transcrevendo apenas um trecho. Reticências entre duas barras indicam um corte na produção de alguém.” (MARCUSCHI, 2006, p. 13)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REFERENCIAL CONCEITUAL	22
3	PERCURSOS METODOLÓGICOS	33
3.1	Entrevistas e fotografias.....	36
3.2	Ética na pesquisa	41
4	RESULTADOS	43
4.1	Alícia	43
4.2	Laís.....	48
5	ANÁLISE	53
5.1	Socialização	53
5.1.1	<i>Socialização nas narrativas das mães.....</i>	<i>63</i>
5.2	Eventos preparatórios para a inserção na creche.....	66
5.2.1	<i>Eventos preparatórios nas narrativas das mães.....</i>	<i>70</i>
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
	REFERÊNCIAS	81
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE O TEMA FAMÍLIA	87
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE O TEMA CRECHE	89
	ANEXO A – PARECER PELA APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (CEP/IH/UNB).....	91

1 INTRODUÇÃO

A sociologia tem como objeto de estudo a análise dos fenômenos sociais, ou seja, busca entender os padrões da sociedade por meio de seus próprios métodos e teorias clássicas. No entanto, durante as últimas duas décadas, os estudos sociológicos têm se debruçado sobre a dinâmica da mudança por meio de investigações sobre causas e consequências das alterações na vida em sociedade. Alguns estudos têm focado as transições no curso da vida e, de forma complexa, investigam os papéis sociais e os mecanismos pelos quais os contextos sociais influenciam vidas individuais em fenômenos coletivos (GEORGE, 1993). No progresso desses estudos, encontram-se diversos exemplos de transição, principalmente, aquelas vivenciadas em períodos escolares na sociologia da educação. Nesse contexto, o presente trabalho propõe o estudo da transição do bebê da família para a creche, que influencia crianças pequenas, suas famílias e os profissionais da instituição de Educação Infantil.

Compartilhar o cuidado e a educação de crianças pequenas tem sido cada vez mais objeto de reflexão no âmbito familiar. A inserção da mulher no mercado de trabalho provocou mudanças de concepção sobre o cuidado do bebê vinculado restritamente ao ambiente familiar. O crescente êxodo rural reconfigurou esses arranjos domésticos, ocasionando um maior distanciamento entre familiares. Além disso, as estruturas familiares foram alteradas com a diminuição do número de filhos, pois, segundo o Censo 2010 (IBGE, 2010), a taxa de fecundidade média do Brasil é de 1,9 filho por mulher. Todas essas mudanças contribuem para que atualmente se pense em diversas formas de cuidado e educação de bebês.

Dentro desse contexto de mudanças contemporâneas, pensar no ambiente familiar como responsável exclusivamente pelo cuidado e educação de crianças ocasiona a frustração das famílias ao sentirem a necessidade de busca por outras opções. De acordo com Rapoport e Piccinini (2001), a frustração ocorre quando as crenças parentais sobre a educação de crianças pequenas estão centradas na família, ou seja, permanece como o ideal de educação nesta faixa etária.

Babás, parentes, amigos e instituições que oferecem atividades lúdicas e artísticas são algumas dessas opções de cuidado e de educação de bebês. Igualmente, entre elas, encontra-se a creche, instituição de cuidado e educação de crianças de zero a três anos, que se caracteriza pelo atendimento coletivo e, como o ambiente familiar é caracterizado pelo cuidado e

educação individuais e restritos a uma ou poucas crianças, é possível que as famílias se questionem sobre os riscos da creche para os bebês (RAPOPORT; PICCININI, 2001).

Embora a creche tenha a sua origem associada à assistência às famílias das camadas populares que não tinham com quem deixar suas crianças (CAMPOS; ROSEMBERG; FERREIRA, 1995), a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88), essa instituição configura-se como direito das crianças de zero a três anos.

Diante da ideia de que a creche é uma possibilidade no cuidado e educação de crianças pequenas, este trabalho ressalta a importância de se estudar os processos de transição de bebês do ambiente familiar para a creche. Entende-se que esse momento é de fundamental importância, pois todos os envolvidos passam por uma transição significativa. A família passa a não conviver com o bebê em período integral como acontecia antes; o bebê deixa de ter apenas a referência familiar e começa a interagir com outras pessoas fora do espaço doméstico de forma rotineira; e os profissionais passam por um processo de conhecimento e adaptação em relação às novas crianças que estão chegando naquele momento. Além disso, uma temática bastante interessante a ser estudada é a posição social da criança na família a fim de permitir a visualização de aspectos que interferem na decisão pela creche e nos processos de transição.

A Educação Infantil foi incorporada ao Ministério da Educação (MEC), em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996) e, particularmente, a creche passou a ser entendida como uma instituição de educação da primeira infância¹. A relação entre família e Educação Infantil, sobretudo a creche, diferencia-se da relação das demais etapas da Educação Básica pela existência de um elemento fundamental: o cuidado. Ainda que a educação tenha sido introduzida como função da creche juntamente com o cuidado sem que uma tenha prioridade sobre a outra, essas categorias pedagógicas sofrem forte divisão no Brasil. Nas instituições brasileiras, ainda é perceptível a separação dos aspectos biológicos dos culturais (BARBOSA, 2006, p. 150). Na maior parte, até mesmo os profissionais que cuidam do corpo são diferentes daqueles que cuidam da mente, revelando o entendimento de separação do que é entendido como pedagógico daquilo que é relacionado ao cuidado.

As rotinas da creche estão preponderantemente organizadas em torno de três grandes dimensões: alimentação, descanso e higiene. Para Paniagua e Palacios (2007, p. 152), “a jornada dos mais novos (0 a 3 anos) é orientada em grande medida, obviamente, pelas

¹ Ao longo deste texto, o termo “primeira infância” é utilizado para se referir às crianças de zero a três anos. No próximo capítulo, serão expostos alguns conceitos relacionados a este termo.

atividades da vida cotidiana – alimentação, asseio, sono –, alternadas com momentos de brincadeira”. No entanto, além dos momentos de cuidado, existem momentos organizados para o jogo, brincadeiras com materiais e com o corpo, atividades pedagógicas dirigidas e em grupo (BARBOSA, 2006, p. 150). É, dessa maneira, que ao cuidar se educa e educando também se cuida.

Existe, ainda, a corrente de pensamento de que a creche, entendida como um direito da criança a partir da CF/88, ainda não se concretizou como tal, pois sua oferta é incipiente e seu planejamento está muito mais ligado aos interesses do adulto e à estrutura da instituição, ou seja, ligado aos interesses dos profissionais da instituição que influenciam a sua rotina, em detrimento dos interesses dos bebês (BARBOSA, 2006, p. 60).

Nesse sentido, a creche vem sendo pensada e organizada a partir de concepções acerca dos bebês, que merecem ser mais bem-exploradas. Conceber os bebês a partir de uma perspectiva exclusiva de dependência biológica já tem recebido diversas críticas dos estudos da sociologia da infância, já que, para este campo, o bebê é ator social “[...] que tem suas impressões sobre as experiências que vive, que faz escolhas e comunica-se constantemente com o seu entorno social” (COUTINHO, 2010, p. 212); e produtor de cultura, que influencia a produção cultural, além de apenas reproduzi-la com base na aquisição da cultura adulta.

No decorrer do texto, o termo “primeira infância” será entendido como os primeiros três anos de vida da criança, para que se possa relacionar este recorte etário à experiência institucional da criança na creche. É claro que o termo “primeira infância” não está exclusivamente ligado à faixa etária da criança. Para que seja possível definir primeira infância, é necessário considerar diversas variáveis. A cultura que a criança está inserida é uma delas; como a criança é vista em determinada sociedade é outra. São variáveis que influenciam no que se chama de primeira infância o modo de produção econômica, a conjuntura política, além de noções de gênero e etnia.

Exemplo da diversidade de noções da primeira infância é a diferença desta concepção em algumas culturas. Segundo Gottlieb (2009, p. 318)

Mesmo quando uma idade absoluta é aceita como parâmetro para o fim da primeira infância, essa idade pode variar histórica e culturalmente. Como exemplo, os puritanos da Nova Inglaterra acreditavam que a primeira infância terminava ao final do primeiro ano (ao invés dos dois anos da ciência ocidental contemporânea), quando afirmavam que o demônio começava a exercer controle. (...) Já os *Ifaluk*, da Micronésia, prolongam a primeira infância, utilizando a demonstração que os psicólogos do desenvolvimento chamariam de senso moral como ponto de referência para o término desse estágio. Os *Ifaluf* mantêm a ideia de que as crianças

pequenas permanecem irracionais até os cinco ou seis anos de idade, adquirindo inteligência lentamente entre dois e três anos, (...).

Portanto, a ideia de primeira infância está intimamente ligada à cultura do local e à concepção que se tem sobre bebês.

Embora não estivessem tratando especificamente sobre bebês, James, Jenks e Prout (2010) negam o reducionismo biológico da criança e apresentam a infância como uma construção social ou cultural. Segundo James, Jenks e Prout (2010, p. 146) (tradução nossa):

Uma das principais proposições que vem sendo promovida através de novas abordagens sociológicas da infância é, [...], que a infância deve ser entendida como uma construção social ou cultural; e que não pode ser diretamente “entendida” a partir das diferenças biológicas entre os adultos e as crianças, como o tamanho físico ou a maturidade sexual.

Nessa perspectiva, o combate ao reducionismo e ao determinismo biológico faz com que o bebê seja entendido para além de sua dependência biológica, localizando-o em um contexto social, cultural e histórico.

O Brasil está vivendo um intenso debate midiático sobre as opções de cuidado e educação de crianças nos últimos meses por conta da formalização das regras para empregados domésticos. Prova disso é a reportagem do Correio Braziliense (2013, p. 8), jornal de maior circulação da capital, que apresenta a matéria sobre o aumento expressivo da procura por creches após a formalização das regras do trabalho doméstico. Entre os entrevistados da reportagem, encontram-se aqueles que optaram pela creche para compartilhar o cuidado e a educação de suas crianças.

O aumento do número de mulheres no mercado de trabalho, a posição central da criança na família, a creche concebida como instituição educativa e o crescente compartilhamento das atividades educativas e socializadoras com outras instituições além da família (GOLDANI, 1994) são transformações já percebidas nos anos 1990. Portanto, torna-se necessário investigar como essas transições, da família para outras instituições sociais, ocorrem no compartilhamento da educação e do cuidado das crianças pequenas.

Esta dissertação vincula-se ao Grupo Interdisciplinar de Pesquisa sobre a Infância (GIPI), baseado na Universidade de Brasília (UnB) e acreditado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), complementando o trabalho coletivo de pesquisas sobre a infância a partir de diferentes categorias de análise. Seus trabalhos mais recentes são: a já concluída dissertação de Antônio (2013) com o título “O que dizem os números sobre as crianças matriculadas nas creches brasileiras (2007/2011)”; as dissertações

de Silva (2014) e Furtado (2014) com os respectivos títulos “Panorama quantitativo e qualitativo das teses sobre creche na área de Educação (2007 a 2011)” e “Concepções de creche em periódicos acadêmicos nacionais A1 e A2 da área de educação”; e os projetos de dissertação de Almeida-Silva (2014) e Farias (2013), intitulados respectivamente de “O uso do tempo pelos/para os bebês” e “Infâncias em Brasília: o mapa da cidade, o mapa da mina”.

O GIPI objetiva reunir pesquisas sobre a infância contemporânea a partir de diversos referenciais teórico-metodológicos e campos empíricos no esforço de realizar estudos interdisciplinares para a compreensão dos mundos sociais das crianças. Nesse sentido, a presente pesquisa se conecta ao grupo, tendo em vista a utilização de multiplicidade de conceitos oriundos, principalmente, do campo da sociologia e da educação. Igualmente, visa entender a relação entre as duas principais instituições contemporâneas de cuidado e educação da criança pequena.

As pesquisas brasileiras que tratam de família e creche, em sua maioria, são oriundas dos campos da saúde e da psicologia. Maranhão e Sarti (2008) tratam das relações entre famílias e profissionais da creche, buscando compreender as perspectivas de ambas as partes. As publicações das autoras acerca dessa temática são recorrentes. Em um estudo de caso de abordagem qualitativa, buscaram analisar as relações entre os membros das famílias e os profissionais da creche acerca do compartilhamento de cuidados na primeira infância (MARANHÃO; SARTI, 2007).

Ainda na área da saúde, o estudo de Esteves *et al.* (2012) buscou compreender as influências das relações intrafamiliares no comportamento de crianças frequentadoras de creche. Já o estudo de Barbosa *et al.* (2009) buscou avaliar os fatores de risco no processo de desmame de bebês matriculados em creche. Esses estudos são oriundos dos campos da enfermagem, nutrição e medicina.

No campo da psicologia, Rapoport e Piccinini (2004) investigam quais os fatores que influenciam a família na escolha por um cuidado alternativo para o bebê e a criança pequena. Além disso, apresentam a seguinte questão: quais as vantagens e desvantagens apontadas pelos pais para as diferentes formas de cuidado? Ainda que o trabalho de Rapoport e Piccinini (2004) trate do compartilhamento de educação e cuidado de crianças pequenas, o seu foco não é a escolha pela creche, e sim as diversas opções que a família encontra nesse compartilhamento. Além disso, compõe um repertório teórico para apresentar a família como responsável natural pela educação e cuidado de suas crianças. Ainda, Crepaldi *et al.* (2006) buscaram compreender a participação do pai nos cuidados do bebê a partir das concepções de

mães, comparando famílias que mantêm seus filhos na creche com aquelas que aguardam uma vaga.

Já os poucos estudos desenvolvidos no campo da educação sobre a temática família e creche são voltados quase que exclusivamente ao convívio já estabelecido posteriormente ao contato inicial do bebê com a Educação Infantil e, geralmente, focam a necessidade de parceria entre essas duas instituições para alcançar qualidade no atendimento. Exemplo dessa afirmação é a pesquisa desenvolvida por Bógus *et al.* (2007), que investigaram as percepções de mães sobre os serviços oferecidos pela creche e as percepções das educadoras sobre o seu papel na instituição.

A pesquisa de Bhering e Nez (2002) também explora a parceria entre família e creche a partir das categorias comunicação, expectativas e dificuldades de relacionamento, contribuições e estratégias utilizadas para o envolvimento a partir da perspectiva de pais, professoras e atendentes.

O estudo de Melchiori *et al.* (2007) sobre temperamento e desempenho de bebês também contribui para a temática acerca da parceria entre família e creche. Os autores analisam os pontos de vista de mães e educadoras sobre os fatores que influenciam ou causam alterações no temperamento e no desempenho deles.

Já o trabalho de Amorim, Vitória e Rossetti-Ferreira (2000) estuda o processo de inserção de bebês em creches a partir da perspectiva teórico-metodológica da rede de significações. A justificativa das autoras é a de que o período de inserção de bebês na creche precisa ser investigado com base em “novos significados que são atribuídos e assumidos, confrontados e negociados nas interações estabelecidas pelos participantes” (AMORIM; VITÓRIA; ROSSETTI-FERREIRA, 2000, p. 115). Esta dissertação se inspira neste trabalho, ainda que se diferencie pelo repertório teórico-metodológico baseado nos campos da sociologia e da educação.

Os estudos sobre transições em instituições escolares, geralmente, referem-se às transições ocorridas entre os níveis de educação, da pré-escola para o Ensino Fundamental ou do Ensino Médio para o Ensino Superior, por exemplo. Poucos estudos foram encontrados sobre a transição da família para a creche, sobretudo na literatura em língua portuguesa.

O estudo de Griebel e Niesel (1999), conduzido na Alemanha, é um exemplo de pesquisa sobre transição, pois entende a inserção no sistema de ensino obrigatório como uma transição tanto para a criança como para seus pais. A partir disso, os autores investigam as competências que as crianças aprendem na “dupla-socialização” da família e da creche. Ainda

que não seja em relação à creche diretamente, é importante ressaltar que, na Alemanha, a pré-escola é parte do sistema de bem-estar social e não do sistema de ensino do país.

Outra pesquisa interessante é a de Nelson (2004), conduzida nos Estados Unidos, que examinou as atividades de transição de educadores da infância com o intuito de conhecer se os planos de transição permitem que pais e professores compartilhem informações importantes sobre o desenvolvimento da criança e as expectativas da instituição.

Entwisle e Alexander (1993) realizaram um estudo, também nos Estados Unidos, sobre a transição para a escola a partir da perspectiva de estratificação social. Os autores consideram que as pressões associadas a transições de papéis sociais (ou seja, de "filho de casa" para "filho da escola") desafiam as crianças e influenciam nesses processos de transição.

Percebe-se que as pesquisas sobre transição enfatizam diversos níveis escolares ou entre família e sistema de ensino obrigatório, o que não coincide com a creche. O presente trabalho se conecta a esses estudos, mas se diferencia ao tratar da transição de crianças bem pequenas, ainda em seu primeiro ano de vida, da família para a creche. Vale lembrar que, ainda que a creche não seja parte obrigatória do sistema educacional brasileiro, ela é um direito da criança e, sua oferta, um dever do Estado.

Em meio a tantos estereótipos atrelados à creche e diante da ideia de naturalização da família como instituição responsável pelo cuidado e educação de crianças, por que a creche configura-se como uma instituição de cuidado e educação possível? E como acontece o processo de transição do ambiente familiar para a creche? Esta pesquisa busca preencher essa lacuna da literatura a fim de oferecer um estudo que considera um referencial teórico-metodológico sociológico para explicar uma questão de pesquisa da Educação Infantil, ao entender que família e creche são as principais instituições sociais² contemporâneas de educação e cuidado de bebês e crianças pequenas.

Ademais, este trabalho procura ir além do senso comum, no sentido de Berger e Luckmann (2011), que o entendem como o conhecimento que o indivíduo comum define e compartilha a vida cotidiana dentro de determinada sociedade. A intenção é questionar a ideia de que as principais razões para as famílias deixarem os filhos na creche são econômicas: ou a mãe precisa trabalhar, ou tem outros motivos para não poder assumir sozinha o cuidado com o bebê. Ou seja, a ideia de que a creche supre apenas uma necessidade, que não se relaciona a uma escolha quando a opção de deixar o bebê com a família é viável. Ou, ainda, que a decisão

² Instituições sociais são entendidas neste trabalho como “um conjunto duradouro de ideias sobre como atingir metas reconhecidamente importantes na sociedade” (JOHNSON, 1997).

pela creche seja referente apenas aos anseios dos adultos e não leve em consideração uma nova perspectiva voltada para o bebê.

O objetivo principal desta pesquisa é descrever e interpretar narrativas de mães sobre os processos de transição de seus bebês do ambiente familiar para a creche. Além disso, apresenta como objetivos específicos:

- discutir os motivos que levaram as mães a optarem pela creche; e
- identificar a posição social da criança na família a fim de analisar se esta influencia a opção pela creche, a inserção da criança e a manutenção na instituição.

A seguir, esta dissertação encontra-se estruturada em cinco capítulos, além desta introdução, a saber: Referencial Conceitual, Percursos Metodológicos, Resultados, Análise e Considerações Finais.

O Referencial Conceitual discute a transição como um processo social fundamental a ser estudado pelos campos da sociologia e da educação, já que crianças vivenciam esses momentos diversas vezes ao longo de suas vidas. E, finalmente, focaliza-se especificamente a transição da família para a creche, com o apoio da discussão sobre os subtemas família, creche, primeira infância para que seja possível entender a complexidade dessa temática e explorar o que já fora escrito sobre ela.

O capítulo intitulado Percursos Metodológicos apresenta as opções metodológicas assumidas para garantir a geração dos dados. A combinação de métodos, mais precisamente entre entrevistas e fotografias, fez-se presente com o intuito de gerar narrativas qualitativas sobre o processo de transição de bebês para a creche. Foi utilizada a estratégia de foto-elicitación, que permitiu a desinibição da entrevistada perante a pesquisadora e desencadeou uma conversa mais fluída, com assuntos familiares à entrevistada. O fechamento desse capítulo se dá com a discussão da ética na pesquisa, assim como a exposição de todos os procedimentos éticos a que este trabalho fora submetido.

O capítulo sobre Resultados apresenta os dados que foram produzidos, as informações sobre cada entrevistada, além de descrever o contexto de produção das entrevistas, sua duração e tudo aquilo que se refere ao momento da geração dos dados, além de apresentar as fotografias selecionadas pelas entrevistadas.

O quarto capítulo apresenta a descrição de como foi desenvolvida a análise, a partir da elaboração de categorias analíticas e respectivas inferências descritivas para o entendimento das narrativas das mães. As categorias elaboradas foram: socialização e eventos preparatórios para a inserção na creche a partir dos processos de transição sofridos pelas mães e seus bebês.

Por fim, o capítulo Considerações Finais apresenta um resumo dos principais resultados desta pesquisa e propõe novas temáticas para trabalhos futuros. O intuito é o de problematizar algumas questões possíveis a partir das categorias analíticas elaboradas pelo presente trabalho, tendo como foco a ideia de transição do bebê da esfera familiar para a creche sem que isso seja entendido de forma negativa para os bebês.

2 REFERENCIAL CONCEITUAL

Antes de iniciar a discussão sobre os conceitos a serem tratados neste trabalho, é necessário expor as escolhas teóricas feitas para esta pesquisa. Escreve-se aqui sempre pensando no “cuidado metodológico” (DEMO, 2002) que toda pesquisa científica deve ter. Por cuidado metodológico, entende-se “preocupação sistemática em torno da cientificidade do que se produz” (DEMO, 2002, p. 351). Mas por que tratar desse assunto antes de ir direto à discussão teórica deste trabalho? Na revisão de literatura habitual, encontram-se várias tipologias de como se deve escrever um trabalho científico, e diante dessa diversidade de trabalhos, sentiu-se a necessidade de esclarecer ao leitor sobre cada escolha feita para esta dissertação.

As leituras acerca de metodologias científicas e construções teóricas na pesquisa social têm mostrado que não há uma regra específica a ser seguida, ou seja, não é preciso partir de uma teoria específica ou um método específico para que o trabalho tenha prosseguimento e seja considerado científico. Na realidade, o esforço é contrário: primeiro, define-se o seu objeto de estudo para, então, compor um quadro teórico e metodológico que vá ao encontro do objeto e dos objetivos do trabalho.

Por muito tempo, os conflitos acadêmicos eram predominantemente ideológicos com relação aos métodos e teorias escolhidos ou construídos por cada trabalho científico. Eram os marxistas e os antimarxistas, os qualitativos e os quantitativos. Atualmente, as disputas permanecem ideológicas, mas com outro enfoque: se o trabalho apresenta produção científica de qualidade, então, já não é do nosso interesse se ele é positivista ou não. Logo, reconhece-se a possibilidade de se fazer ciência por meio de diversos métodos e teorias “porque estes, sendo tipicamente instrumentais, não podem substituir ou subverter os cuidados com os fins” (DEMO, 2002, p. 351).

O reconhecimento da pluralidade de métodos e teorias na construção do conhecimento científico permite entender a realidade como algo complexo e não linear, “que jamais poderia ser encerrada em teorias e métodos únicos” (DEMO, 2002, p. 352). E o autor complementa indicando que (2002, p. 354) “nenhum método e nenhuma teoria podem ser considerados mais que simples instrumentos, sempre incompletos, de captação”.

A partir do entendimento da realidade como complexa e não linear, Demo (2002) entende que a dificuldade de se construir a realidade é ampla, mas que pode ser diminuída

com o cuidado metodológico. E o cuidado metodológico se faz, primordialmente, com a constante autocrítica daquilo que se está produzindo. De acordo com o autor (2002, p. 359):

Quem não pára para pensar e repensar sobre como faz ciência, certamente não faz ciência, em duplo sentido: ou não faz ciência, porque não sabe tratar o método; ou não faz ciência, porque o mistifica, sobretudo no plano positivista.

Essa pequena introdução se fez necessária para esclarecer as preocupações teórico-metodológicas deste trabalho. Esta pesquisa trabalha com um quadro conceitual e não com uma teoria específica ou um conjunto de teorias, ainda que diversos autores se façam presentes como referência de um conceito. Esta escolha se deu em face de uma teoria não ser suficiente para abarcar o objeto de estudo em questão, pois, ao investigar narrativas de mães sobre os processos de transição de seus bebês da família para a creche, vários conceitos emergem para a circunscrição desse objeto.

Passa-se a discussão dos conceitos-chave deste trabalho, quais sejam os de transição e inserção. O conceito de transição auxilia a percepção da mudança ocorrida na vida desses atores. A inserção se apresenta como importante momento a ser discutido em virtude de ser considerada como elemento pedagógico crucial na transição de bebês da família para a creche.

Inicialmente, é necessário afirmar que família e creche serão tratadas como instituições sociais. Berger e Luckmann (2011) constroem uma concepção sobre instituição social a partir do entendimento do organismo e da atividade humana além das origens da institucionalização. Esses autores estudam como o homem se diferencia dos animais, primeiramente, em seu próprio organismo, que pode ser desenvolvido em qualquer ambiente. Com essa peculiaridade e plasticidade do organismo humano, é possível afirmar que o homem é capaz de realizar diversas atividades que podem variar constantemente. Berger e Luckmann (2011) expõem essa peculiaridade para poderem chegar à conclusão de que, ao contrário dos outros animais, o corpo humano está em constante desenvolvimento biológico “quando já se acha em relação com seu ambiente” (BERGER; LUCKMANN, 2011, p. 69). Portanto, o homem se desenvolve em ambiente natural e humano, ou seja,

[...] o ser humano em desenvolvimento não somente se correlaciona com um ambiente natural particular, mas também com uma ordem social específica, que é mediatizada para ele pelos outros significativos que o têm a seu cargo. Não apenas a sobrevivência da criança humana depende de certos dispositivos sociais, mas a direção de seu desenvolvimento orgânico é socialmente determinada. (BERGER; LUCKMANN, 2011, p. 69).

Nesse sentido, o desenvolvimento humano “decorre de um contexto de ordem, direção e estabilidade” (BERGER; LUCKMANN, 2011, p. 73), isto é, uma determinada ordem social precede qualquer desenvolvimento individual orgânico. Mas como surge a ordem social? Ela é uma produção humana em constante desenvolvimento por meio de sua contínua exteriorização. Não há nenhum aspecto natural na ordem social. Nos termos de Berger e Luckmann (2011, p. 74), “a ordem social existe unicamente como produto da atividade humana. Não é possível atribuir-lhe qualquer outro *status* ontológico sem ofuscar irremissivelmente suas manifestações empíricas”.

Para entender como a ordem social se mantém e transmite-se de geração a geração, os autores examinam o processo de institucionalização das atividades humanas que geram as instituições sociais. Todas as atividades humanas estão sujeitas ao hábito, pois quaisquer ações que são realizadas diversas vezes tornam-se moldadas a um determinado padrão, tornam-se cotidianas. Esses processos de formação de hábitos precedem a institucionalização e, por consequência, formam uma determinada instituição social. Pelo simples fato de existirem, as instituições sociais interferem e influenciam a conduta humana com o estabelecimento de padrões definidos previamente que a direcionam para um determinado caminho e não a outro.

Portanto, as instituições sociais possuem um aspecto fundamental para o seu funcionamento: o caráter controlador da ação humana. É nesse sentido que este trabalho trata instituição social como um conjunto de ideias e normas para direcionar a conduta humana ao que se considera importante para a manutenção da sociedade. Família e creche têm um importante papel nesse contexto, pois são as primeiras instituições a fazerem parte da vida dos bebês.

A partir do conceito de instituição social trabalhado até aqui, é possível refletir sobre as diversas experiências dos indivíduos em instituições ao longo da vida. São instituições criadas e mantidas antes do nascimento das crianças e estas, ao nascerem, deparam-se com vários conjuntos de regras e normas que regem a conduta das pessoas. Família é a primeira instituição social, mas não é a única influência na vida do bebê. Desde cedo, as crianças pequenas começam a interagir em diversos locais institucionais, tais como a comunidade ao redor, campos educacionais como a creche, campos religiosos como as igrejas (CORSARO, 1997). Assim, as crianças e os adultos vivenciam momentos de transição ao serem inseridas em outras instituições que não conheciam antes. É um constante processo de adaptação e socialização ao longo da vida.

Os momentos de transição são objeto da sociologia, principalmente da sociologia da educação quando ela investiga a transição entre ciclos escolares ou entre os níveis de ensino. A sociologia da infância também iniciou seus estudos sobre os processos de transição, mais precisamente sobre a passagem de crianças da pré-escola para o Ensino Fundamental. Corsaro e Molinari (2008) realizaram um estudo sobre as práticas educacionais de uma instituição de educação infantil em relação a seus efeitos sobre a transição para o Ensino Fundamental. A partir de um estudo etnográfico longitudinal de seis anos, os autores focaram suas observações nos eventos preparatórios, que preparam as crianças para a transição.

Tais estudos sociológicos sobre transição inspiram este trabalho a analisar a transição que ocorre da família para a creche. Mesmo que a família não seja uma instituição escolar, a ideia é, enquanto instituição social tanto quanto a instituição de educação infantil, que seja possível posicionar a família nesse processo de transição como se fosse outro nível de ensino.

É interessante observar que a creche faz parte da primeira etapa da Educação Básica e, sendo assim, nenhuma instituição escolar a precede. Os processos de transição se dão entre os contextos familiares e os da creche. Por conseguinte, este trabalho busca investigar esse processo específico, mas aproveitando a perspectiva sociológica de análise das transições. Para isso, é preciso salientar quais os entendimentos de família e de creche que se darão no âmbito deste trabalho a fim de que seja possível analisar, posteriormente, os processos de transição entre essas duas instituições sociais.

O conceito de família é tratado neste trabalho como algo complexo e em sentido mais amplo, o de arranjos familiares, ou seja, as diversas composições familiares que vão além do padrão consanguíneo: pai, mãe e filhos. Este conceito é elaborado por Fonseca (2005), a partir de estudo sobre concepções de família e práticas de intervenção. A autora observou que os voluntários de sua pesquisa não consideravam suas famílias desestruturadas mesmo que estas fossem compostas além do ideal normativo e, portanto, instaurava-se a necessidade de entender “outras possíveis estruturas familiares” (FONSECA, 2005, p. 56) que ordenam as práticas e dão sentido à existência.

É possível perceber que diversas áreas de estudo pesquisam o tema e encontram concepções de família arraigadas em diferentes formas de experiência de vida. A questão socioeconômica, que leva em conta principalmente a renda familiar, é determinante na definição do que é família. Portanto, para o entendimento do que seja a família, torna-se necessário concebê-la como categoria social complexa e que precisa de diferentes olhares para que se possa analisá-la.

Ariès (2011) fez um estudo com pinturas da Renascença que continham imagens de crianças vestidas como adultos, testamentos e diários antigos, assim, a partir desse material, fez uma análise sobre a transformação da criança e de sua família. O autor questionou a família nuclear e concebeu-a como um estágio evolucionário em uma instituição social básica, o que ocasionou desconfortos naqueles que acreditavam no sistema de valores da família nuclear. Conquanto criticado por ter feito um estudo das classes mais favorecidas, foi com essa obra que o historiador ganhou visibilidade e definiu sua contribuição para o pensamento contemporâneo.

No mesmo momento histórico de Ariès, mas em lugares distintos, o historiador Poster (1979) apresenta a defesa de uma teoria crítica da família em que:

A história da família não pode ser concebida como uma evolução no sentido de pequenas unidades conjugais, como uma crescente diferenciação de funções instrumentais e expressivas, ou como uma crescente forma de patriarcado vinculada ao modo de produção. A história da família deve, ao contrário, ser concebida no plural, como a história de estruturas distintas de hierarquia de idade e sexo. (POSTER, 1979, p. 182).

O essencial é perceber que os historiadores analisam as mudanças das estruturas familiares há mais tempo e que, em outros momentos, a família nuclear também não fora a principal estrutura, mesmo que tenha sido acompanhada por um sistema eterno de valores sociais que parecem ser melhores que as outras estruturas.

A complexidade da concepção de família gera a necessidade de analisá-la a partir de várias áreas, como a antropologia, a sociologia, a demografia, a ciência política, a filosofia, a psicanálise e a história. O recurso ao diálogo interdisciplinar representa afastar a família da tendência à sua naturalização. Nesse sentido, o trabalho de Ribeiro e Ribeiro (1995) explica que pensar a família dessa forma não é afirmar que ela seja um objeto construído, mas recorrer ao diálogo interdisciplinar corresponderia “à atual necessidade de diagnóstico da significação social mais ampla das inovações culturais que envolvem a Família, e que estão em franca expansão durante as últimas décadas na Sociedade brasileira” (RIBEIRO; RIBEIRO, 1995, p. 16).

Esse esforço interdisciplinar também propicia analisar as diversas mudanças na sociedade brasileira acerca da família. Ribeiro e Ribeiro (1995) fazem referência a essas mudanças, elencando os principais desafios de análise

[...] a perda de centralidade de matrizes historicamente normatizadoras; a intensa alteração de papéis familiares; a coexistência de formatos

heterogêneos de relações em família, a multiplicidade de influências originárias de saberes especializados; a incapacidade de afirmação de projetos consistentes na socialização, hábitos e valores. (RIBEIRO; RIBEIRO, 1995, p. 16).

Dessa forma, os desafios supraelencados impossibilitam conceber a família como estrutura única ou entender outras composições como portadoras de alguma patologia social. É nesse sentido que Goldani (1993) defende a ideia de que as mudanças ocorridas nas famílias não significam seu desaparecimento, tampouco desestruturação, mas apenas mudanças. É necessário, segundo a autora, pensar que

[...] não haveria desagregação, nem tão pouco substituição da família por outras instituições. Haveria, isto sim, mudanças no sentido de um modelo mais informal ou mais democrático de relações nas famílias, onde a interdependência das trajetórias individuais substitui o conceito de dependência e os arranjos domésticos familiares brasileiros tomam novas formas, tamanhos e significados. (GOLDANI, 1993, p. 100).

Ao encontro dessa perspectiva está o trabalho de Petrini (2005), que investiga as mudanças sociais na família em todos os seus formatos, em detrimento de um modelo predominante. O autor realiza uma retrospectiva sobre as mudanças sociais que vêm ocorrendo nos séculos XX e XXI e indica que, durante esse processo, o pensamento sobre família sofreu forte influência da ideia de desaparecimento, falência, morte (COOPER, 1994). No entanto, Petrini (2005) insiste na redefinição da família, em seus valores e critérios, e não em sua extinção.

Em estudo etnográfico realizado com moradores da periferia paulistana, Sarti (2011) mostra como a família é entendida para aquele grupo. Seu estudo apresenta a noção de família em torno de um eixo moral, ou seja, são da família aqueles que estão organizados na rede de obrigações, muito além da consanguinidade. O pertencimento à família ocorre por meio da inserção na obrigação moral, sobrepondo-se aos laços de sangue.

A fim de resumir a ideia de diversas configurações que a família pode assumir, Fonseca (2005) propôs o conceito de arranjo familiar o qual é utilizado em todo este trabalho. Embora não tenham registrado a expressão arranjo, os autores discutidos até então convergem para essa ideia, que Fonseca (2005) formalizou em seus trabalhos.

Essa discussão sobre família se faz necessária para a ampliação do entendimento das diversas composições familiares; a família também é uma construção social. A partir disso, discutir-se-á a creche para que se possa concebê-la igualmente como instituição social e uma possibilidade de cuidado e educação de crianças pequenas tanto quanto a família. A intenção é

entender família e creche como instituições socializadoras de crianças pequenas para perceber os processos de transição de uma instituição a outra.

A instituição creche, para além de seu estudo histórico encontrado em tantos trabalhos, é tratada como necessidade causada pelo nascimento de uma criança e, ao mesmo tempo, responsável pelo seu cuidado, educação e socialização. Rosemberg (1980) foi pioneira no entendimento da creche como responsável pela educação de crianças pequenas. Já nos anos de 1980, a autora desenvolvia estudos sobre a creche numa perspectiva educacional, explorando as “atividades pedagógicas” e “estimulação essencial” (ROSEMBERG, 1986, p. 78) até mesmo em creches domiciliares.

No fim da década de 1970, no Brasil, havia poucas creches públicas, momento em que predominavam as instituições filantrópicas de caridade (ROSEMBERG, 1995). Não há a quantidade exata disponível como dado, pois nessa década não havia coleta de dados sobre creche pelo MEC, nem pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), nem pelo IBGE. Campos, Rosemberg e Ferreira (1995) já indicavam a ausência de dados estatísticos sobre creche nessa época. Apenas no fim da década de 1970 é que a demanda por creches começa a aumentar devido às mudanças socioeconômicas que o país passava, como a entrada da mulher no mercado de trabalho e a intensa luta do movimento feminista por esse direito. Nesse sentido, iniciou-se a preocupação com as estatísticas sobre as instituições de Educação Infantil e a primeira coleta de dados sobre Pré-Escola e Classes de Alfabetização foi em 1979, mas ainda não havia dado específico sobre creches.

Dessa forma, houve o aumento gradual da oferta, sobretudo com influência do meio internacional (DARAHM; SILVA; COSTA, 2009). As políticas brasileiras de Educação Infantil nos anos de 1970 e 1980 foram produtos de momentos históricos vividos pelo país nas suas tensões internas e relações internacionais. Rosemberg (2002) analisa três momentos da história brasileira que foram determinantes para as políticas de Educação Infantil. O primeiro foi a fase de expansão durante o governo militar; o segundo foi a fase de inovações que a Constituição Federal de 1988 trouxe para Educação Infantil; e o terceiro foi o impacto das reformas educacionais a partir do Consenso de Washington. Dessa forma, Rosemberg (2002) mostra como houve a influência do meio internacional para as políticas de Educação Infantil no Brasil.

Por serem destinadas, no passado, às camadas mais pobres da população brasileira, as creches, então, passaram a ser concebidas como um mal necessário: mal porque a teoria do apego exercia bastante influência na época e necessária para as mães que trabalhavam e não tinham com quem deixar seus filhos (DARAHM; SILVA; COSTA, 2009).

Do ponto de vista científico, a instituição creche foi se alterando e a própria psicologia, fundadora da teoria do apego, formulou novas concepções sobre a creche, tendo em vista as diversas possibilidades geradas para as crianças além dos espaços familiares. As situações ocorridas nos espaços coletivos da creche começaram a chamar a atenção dos psicólogos, apresentando novos desafios para compreender suas peculiaridades.

Vale ressaltar que a teoria do apego origina-se na obra de Bowlby (1984), que faz parte da trilogia Apego e Perda do mesmo autor. Bowlby discorre sobre as consequências da perda temporária ou permanente de sua mãe para os bebês. A teoria do apego afirma ser o comportamento de apego tão importante quanto os comportamentos instintivos do ser humano como se alimentar, respirar e reproduzir-se. O autor propõe que o apego é algo natural e sua função é a de proteção contra predadores, além de definir idades para o desenvolvimento do vínculo da criança com a mãe:

[...] o vínculo da criança com sua mãe é um produto da atividade de um certo número de sistemas comportamentais que têm a proximidade com a mãe como resultado previsível. Como no ser humano a ontogênese desses sistemas é lenta e complexa, e seu ritmo de desenvolvimento muito variável de criança para criança, não pode ser formulado um enunciado simples sobre o progresso durante o primeiro ano de vida. Entretanto, quando a criança ingressa em seu segundo ano de vida e passa a locomover-se, o comportamento de apego, bastante típico, é quase sempre observado. Nessa idade, na maioria das crianças, o conjunto integrado de sistemas comportamentais envolvidos é facilmente ativado, especialmente pela partida da mãe ou por algo assustador, e os estímulos que mais efetivamente finalizam os sistemas são o som, a visão e o contato da mãe. (BOWLBY, 1984, p. 193-194).

No entanto, teorias posteriores formularam novos entendimentos acerca das relações estabelecidas pelos bebês com seus pares ou os adultos, contradizendo, em parte, a teoria proposta por Bowlby. O apego tornou-se algo construído e desenvolvido do bebê com o seu cuidador direto, mas não é concebido como algo natural e instintivo do ser humano.

A Constituição Federal de 1988 consolidou o pensamento que já vinha sendo desenvolvido na academia de que a creche é um direito da criança. Segundo Campos, Rosemberg e Ferreira (1995, p. 17-18):

Pela primeira vez na história, uma Constituição do Brasil faz referências a direitos específicos das crianças, que não sejam aqueles circunscritos ao âmbito do Direito da Família. Também pela primeira vez, um texto constitucional define claramente como direito da criança de 0 a 6 anos de idade e dever do Estado, “o atendimento em creche e pré-escola” (Art. 208, inciso IV).

No Brasil, outra confirmação é a já citada transferência dessa parte da Educação Infantil para o Ministério da Educação, antes de responsabilidade da Assistência Social. Para Campos, Rosemberg e Ferreira (1995, p. 18):

A subordinação do atendimento em creches e pré-escolas à área de Educação representa, pelo menos no nível do texto constitucional, um grande passo na direção da superação do caráter assistencialista predominante nos programas voltados para essa faixa etária. Ou seja, a subordinação confere às creches e pré-escolas um inequívoco caráter educacional.

Nesse sentido, a intenção deste trabalho foi a de discorrer sobre a instituição creche a partir de suas funções de cuidado e educação a fim de apresentar qual o pensamento atual sobre a creche e seus limites e possibilidades enquanto cuidadora, educadora e socializadora de suas crianças.

Esta discussão teórica pretende argumentar que o processo de cuidado e educação de crianças não é natural nem exclusivo das famílias, principalmente quanto ao que se denomina padrão consanguíneo (família nuclear). Vale ressaltar que, em nenhuma parte deste trabalho, haverá o viés de que a creche é necessária ao melhor desenvolvimento da criança, exceto quando essas afirmações tenham aparecido nas narrativas das entrevistadas, mas sim de que a creche e a família são instituições sociais, possíveis de serem entendidas igualmente como educadoras, cuidadoras e socializadoras das crianças e que participam igualmente do processo de transição das crianças.

A discussão passa, agora, a dar-se no âmbito da inserção do bebê na creche. Trata-se de um momento bastante estudado em virtude de se constituir como um delicado processo de transição e adaptação da criança ao novo ambiente. Do ponto de vista pedagógico, há uma tentativa de criar continuidade emotiva entre família e creche ao se planejar o momento da inserção. Por isso, a creche apresenta-se como a primeira experiência educacional da criança e, de forma peculiar, como “lugar de encontro e rede de relações complexas, nas quais os problemas e os comportamentos dos adultos também são tão importantes e dignos de atenções quanto os da criança” (BONDIOLI; MANTOVANI, 1998, p. 173).

Esse momento também adquiriu grande atenção no campo teórico porque a criança e a mãe costumam demonstrar sofrimento na separação temporária. É necessário não confundir “desafio de crescer e de enfrentar novidades” com “trauma” (BONDIOLI; MANTOVANI, 1998, p. 175). Quando a inserção acontece de forma gradual e paulatina, ela deixa de ser um choque para a criança e passa a ser entendida como uma conquista. Importante registrar que a creche não é uma escolha necessária para o desenvolvimento da autonomia da criança, pois

existem outras formas de separação temporária que também promovem autonomia. O argumento, no entanto, é que a creche pode ser um caminho válido e potencialmente bom para todos os envolvidos no momento da transição.

Dentro desse entendimento, é possível elencar características importantes a serem consideradas no momento do planejamento da inserção. A presença da figura familiar, a regularidade e gradualidade do momento da inserção são aspectos que devem estar presentes (BONDIOLI; MANTOVANI, 1998). De acordo com a revisão de literatura realizada por Bondioli e Mantovani (1998), os estudos apontam que, ao inserir uma criança pequena em ambientes novos com a presença de uma figura familiar que “fica tranquila num canto sem tomar iniciativas particulares” (1998, p. 176), isso favorece o interesse da criança de explorar, brincar e aceitar o contato com os outros, sejam adultos ou crianças. A figura familiar representa a base segura para a criança enquanto esta explora o novo ambiente.

A regularidade da inserção da criança na creche se dá pela presença dos pais ou das figuras familiares de referência, aquelas que a criança conheça e reconheça, sinta-se à vontade para cuidados íntimos e tenha uma comunicação efetiva. A gradualidade é o reconhecimento do novo ambiente de forma progressiva, pouco a pouco, até que a criança comece a sentir-se segura naquele espaço que deixou de ser novo para se tornar conhecido. Um dos papéis da educadora no momento da inserção é observar como se dá a relação da figura familiar com a criança para que recrie situações conhecidas para, então, progressivamente, diversificar suas atitudes e criar um novo relacionamento com especificidades. Para Bondioli e Mantovani (1998, p. 178):

É nessa ligação atenta, paciente e cuidadosa entre conhecido e novo, sem saltos excessivos, com extrema gradualidade, possível somente se a educadora puder observar mãe e criança juntas, que está também a possibilidade de inserção da criança pequena ser um crescimento, a criação de oportunidades a mais e não a interrupção de um processo delicado ainda em formação: uma experiência de conquista e não de perda.

Desse modo, as condições para uma boa inserção estão diretamente relacionadas à presença da regularidade de adultos de referência, à atenção das educadoras na observação da interação entre pais e criança, ao relacionamento individualizado no estabelecimento de rotinas, às atividades lúdicas e ao cuidado com a criança. Esses aspectos são de responsabilidade das educadoras e da equipe gestora da instituição que planejam o momento da inserção.

Passa-se, então, à discussão dos percursos metodológicos desta pesquisa a fim de descrever como foram feitas as escolhas e opções por estratégias que viessem ao encontro deste objeto de estudo e possibilitassem responder às perguntas desta pesquisa.

3 PERCURSOS METODOLÓGICOS

A abordagem desta pesquisa é qualitativa e, para tanto, utilizou-se de fontes empíricas e bibliográficas para a investigação do tema proposto. Para Goldenberg (2004), os problemas teórico-metodológicos desse tipo de abordagem são provenientes da necessidade de as Ciências Sociais serem estudadas em sua própria especificidade, deixando de ter como referência o modelo positivista das Ciências Naturais. A partir disso, a autora coloca:

Os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos. Estes dados não são padronizáveis como os dados quantitativos, obrigando o pesquisador a ter flexibilidade e criatividade no momento de coletá-los e analisá-los. (GOLDENBERG, 2004, p. 53).

A presente pesquisa visou compreender os dados gerados em detrimento de medi-los ou quantificá-los, levando em consideração as especificidades dos sujeitos e tentando mostrar a subjetividade do assunto, no caso, as razões pela escolha da creche.

O enfoque qualitativo deste trabalho não apresenta a intenção de adentrar na disputa metodológica entre os métodos qualitativos e os quantitativos (CANO, 2012). O capítulo visa, apenas, enunciar como se deu todo o processo de pesquisa, a exemplo da quantidade de participantes selecionados e da profundidade na análise dos dados gerados.

Apesar de toda a discussão metodológica, é importante salientar que as escolhas foram feitas com cautela, de forma a garantir o alcance dos objetivos do trabalho. Demo (2002) salienta a importância da qualidade na pesquisa científica, independentemente de quaisquer vertentes metodológicas que se pretenda seguir. Nas palavras do autor, “reconhece-se, pois, que é possível produzir ciência através de inúmeros métodos e teorias, porque estes, sendo tipicamente instrumentais, não podem substituir ou subverter o cuidado com os fins” (DEMO, 2002, p. 351). Portanto, o intuito deste trabalho foi produzir uma pesquisa científica de qualidade sem valorizar um método em detrimento de qualquer outro.

O contexto das decisões teórico-metodológicas deste trabalho levou em consideração a instituição na qual foram selecionadas as participantes da pesquisa e as próprias participantes, que, a partir de suas narrativas, tornaram possível esta pesquisa.

Este estudo selecionou as participantes em uma instituição de Educação Infantil privada³, situada em Brasília, que atende crianças na faixa etária de zero a cinco anos, está localizada próxima ao Plano Piloto, foi inaugurada em 1982 e a mensalidade equivale a 2,8 salários mínimos⁴, referente ao período integral. Atende, provavelmente, a população residente e trabalhadora próxima a sua localização, na Região Central Lago Sul, a de maior renda *per capita* da capital, segundo o Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010).

O tempo de permanência da criança na instituição depende da turma escolhida pela família, pois são oferecidas opções de atendimento integral, das 8h às 18h; parcial, das 8h às 12h ou 14h às 18h; ou, ainda, seis horas corridas. A equipe de professores é composta por pedagogos, em sua maioria, mas também por professores de informática, educação física, música e inglês. No caso do Berçário I, turma em que foram selecionadas as duas mães dos bebês matriculados, só participam pedagogos, monitores, professores de educação física e música.

A instituição dispõe de uma turma de Berçário I com capacidade máxima de 12 crianças por período, sendo a equipe composta por cinco profissionais. Nesta turma são recebidas crianças a partir de quatro meses até, aproximadamente, 14 meses, ou quando a criança começa a andar. A sala é composta por quatro ambientes, sendo um dormitório, uma sala ampla de estimulação, uma copa de apoio e uma área aberta para tomar sol.

As duas mães da turma de Berçário I, de uma menina e de um menino de 14 e 12 meses, respectivamente, foram selecionadas devido ao interesse de acompanhar a sua perspectiva sobre os períodos que antecederam e de ingresso dos bebês na creche. Dessa forma, foi possível resgatar com mais precisão os motivos que as levaram à opção pela creche e os processos de transição pelos quais todos os envolvidos passaram durante a inserção dos bebês. Também foi levada em consideração a pouca experiência na relação família-creche, para que as vantagens ou desvantagens de inserir o filho na instituição não apareçam como influências na decisão pela creche.

A quantidade de mães entrevistadas é explicada pelos dois aspectos que foram escolhidos para selecionar as participantes da pesquisa: faixa etária e gênero da criança. A faixa etária trouxe subsídios para discutir com mais proximidade a experiência de preparação

³ Existem duas classificações para creches no Brasil: pública ou privada, sendo que as creches privadas podem ser privadas particulares ou privadas mantidas pelo Setor Público, o caso das conveniadas (ANTÔNIO, 2013). Neste trabalho, a creche privada é privada particular.

⁴ Mensalidade e valor de salário mínimo referentes ao ano de 2013, no qual foram gerados os dados.

das mães e inserção dos bebês na creche e o gênero trouxe a manutenção da simetria na seleção dos sujeitos, afastando o risco de vieses.

Ao considerar a faixa etária um aspecto unitário, de 12 (doze) a 14 (catorze) meses, e gênero binário, masculino e feminino, quando cruzados, chega-se à diversidade possível da amostra com o número mínimo de dois casos. Tendo em vista a abordagem qualitativa desta pesquisa e a escolha pelas entrevistas em profundidade descritas mais adiante, em seção à parte, o número tornou-se suficiente para se chegar às conclusões sobre o objetivo deste trabalho.

Além disso, as mães foram escolhidas com base em cinco aspectos: renda familiar declarada no formulário de matrícula da instituição, escolaridade do responsável, número de filhos na família, idade e sexo da criança matriculada na creche, conforme se observa no quadro a seguir:

Quadro 1 – Caracterização das mães entrevistadas

Mães entrevistadas⁵→	Alicia	Laís
Idade (em anos)	26	37
Renda familiar (em salários mínimos)	11,6	20,35
Escolaridade da responsável	Ensino superior completo	Ensino superior completo
Profissão da responsável	Servidora pública	Professora de Educação Física
Número de habitantes no domicílio	4	5
Região administrativa ou bairro do domicílio	Guará/DF	Asa Norte/DF
Número de filhos	2	3
Idade ⁶ do filho matriculado na creche (em meses)	12	14
Sexo do filho matriculado na creche	Masculino	Feminino

Fonte: Material empírico de pesquisa.

⁵ Os nomes são fictícios para resguardar a identidade dos sujeitos, exigência do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas (CEP/IH/UnB).

⁶ No momento da primeira entrevista, em novembro de 2013.

Alícia e Laís pertencem à Classe B e A, respectivamente, de acordo com a classificação do IBGE. Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a classificação dos quintis propostos pelo IBGE é correspondente às seguintes classes:

Quadro 2 – Classificação das classes sociais

Classes	Faixa de renda familiar (em salários mínimos)	Faixa de renda familiar (em reais)
A	Acima de 20	Acima de R\$14.500,00
B	De 10 a 20	De R\$7.250,00 a R\$14.499,99
C	De 4 a 10	De R\$2.900,00 a R\$7.249,99
D	De 2 a 4	De R\$1.450,00 a R\$2.899,99
E	Até 2	Até 1.449,99

Fonte: Neri (2012, p. 48)

Vale lembrar que a seleção das participantes da pesquisa foi executada com base nas características da unidade familiar. No entanto, nas duas famílias, foram as mães que se dispuseram a participar das entrevistas. Ademais, ambas se colocaram como responsáveis pela criança no formulário de matrícula das respectivas creches.

3.1 ENTREVISTAS E FOTOGRAFIAS

No contexto da pesquisa qualitativa, a combinação de métodos permite que a análise tenha sentido, dada a complexidade desse tipo de investigação. Segundo Bauer e Gaskell (2011, p. 18), “uma cobertura adequada dos acontecimentos sociais exige muitos métodos e dados: um pluralismo metodológico se origina como uma necessidade metodológica”.

Inspirada no trabalho de Gomes (2011), cuja metodologia envolveu entrevistas temáticas e fotografias, esta pesquisa optou por utilizar essas estratégias metodológicas, pois vão ao encontro do objeto aqui proposto. As entrevistas possibilitam a exposição das narrativas das mães acerca dos processos de transição de seus bebês da família para a creche. As fotografias facilitam a fluidez da entrevista, pois as imagens são familiares às entrevistadas, além de se tornarem importante dado de pesquisa para a análise sobre a posição social da criança na família. Esse desenho metodológico se conecta ao objeto deste estudo na medida em que facilita a apreensão, por parte da pesquisadora, das questões-chave deste

trabalho. A seguir, de forma combinada, mas tratando das peculiaridades de cada estratégia, será apresentada a forma como cada uma foi utilizada.

As entrevistas semiestruturadas em temáticas têm como característica principal a formulação de um roteiro com questões norteadoras da conversa, mas que permitam, ao mesmo tempo, a exploração do assunto pela entrevistada. As entrevistas semiestruturadas tornaram-se essenciais, pois esta pesquisa pretende investigar, além de outros fatores, os processos de transição de bebês a partir da narrativa de suas mães. Segundo Rosa e Arnoldi (2006, p. 31), “frequentemente, elas [entrevistas semiestruturadas] dizem respeito a uma avaliação de crenças, sentimentos, valores, atitudes, razões e motivos acompanhados de fatos e comportamentos”.

Este estudo pretendeu buscar o conteúdo escolhido pelas mães para discorrer sobre o tema, independentemente da verdade presente nas narrativas. Para Luker (2010), a entrevista é uma narrativa sobre o que as pessoas acham que aconteceu, ou o que deveria ter acontecido, ou, ainda, o que elas gostariam que houvesse ocorrido. No entanto, a ideia é justamente esta: “eu acho que as entrevistas são, quase por definição, relatos precisos dos tipos de mapas mentais que as pessoas carregam dentro de suas cabeças, e que é isso, em vez de algum vídeo de ‘realidade’, o que é de interesse para nós” (LUKER, 2010, p. 167) (tradução nossa).

A escolha da entrevista na pesquisa qualitativa se deu em face da ideia de que as opções e experiências de uma pessoa podem ser comuns a tantas outras, embora a seleção dos sujeitos em uma pesquisa qualitativa não se pretenda representativa. Luker (2010) afirma que quando o pesquisador escuta relatos semelhantes de várias pessoas que não se conhecem, é possível estar razoavelmente certo de que existe uma ideia confiável que se configura como social e não apenas como individual. Apoiada em outros autores, Luker (2010, p. 167-168) (tradução nossa) assevera:

Minha hipótese de trabalho é que, como Ann Swidler e Elisabeth Clemens nos dizem, as pessoas de uma dada sociedade em um dado momento têm apenas um número limitado de ferramentas culturais, ou modelos, a sua disposição para dar sentido ao mundo em que elas se encontram.

As temáticas família e creche foram elegidas para as entrevistas, tomando-se como pressuposto que estas duas instituições têm o bebê como centro. De acordo com Singly (2010), para a sociologia, a família só surge por conta desse ator social. E a creche, como política pública, também apresenta essa gênese.

A partir da primeira entrevista, com o tema família, seria possível observar se as famílias realmente se enquadravam nos padrões consanguíneos ou se outros indivíduos foram incorporados a elas, mesmo que não residam no mesmo domicílio ou que não façam parte da família consanguínea. O importante era conhecer quais membros da família se envolveram no processo de transição das crianças.

Ainda que as entrevistas sejam temáticas, foi impossível limitá-las totalmente ao tema selecionado para aquele encontro, pois, quando se trata dessas duas instituições socializadoras, fica complicado dissociá-las. Lahire (2004, p. 38), ao fazer um estudo com entrevistas temáticas e longitudinais e construir teoricamente “as grades de entrevistas”, aponta:

Embora possamos ter a impressão de lidar com universos relativamente autônomos, que correspondem a espaços-tempos específicos, quando se trata de família, escola ou trabalho as realizações estão muito mais entrelaçadas do que se imagina, quando se começa a detalhar as práticas. Com efeito, é difícil falar de escola sem falar de família ou de amizade [...].

As entrevistas foram realizadas com o tema família, em um primeiro momento, para depois se realizar a entrevista sobre a creche. Essa escolha se deu pelo motivo de o primeiro tema ser mais próximo às entrevistadas, para, dessa forma, estabelecer um primeiro contato da pesquisadora com a participante. Na entrevista seguinte, esperava-se que a entrevistada estivesse mais à vontade para falar especificamente sobre a creche.

A primeira entrevista, com o tema família, lançou mão de fotografias como motivadoras da discussão sobre o arranjo familiar dos sujeitos. No momento do agendamento da entrevista, foi solicitada à mãe da criança a seleção de cinco fotografias que considerasse mais importantes sobre sua família. A partir desse material, a conversa foi conduzida com questões abertas, mas também específicas, sobre a escolha daquelas fotografias.

Esse procedimento é chamado de foto-elicitação. Segundo Banks (2009, p. 89), a foto-elicitação:

[...] envolve o uso de fotografias para evocar comentários, memória e discussão no decorrer de uma entrevista semiestruturada. Exemplos específicos de relações sociais ou forma cultural retratadas nas fotografias podem se tornar a base para uma discussão de generalidades e abstrações mais abrangentes; reciprocamente, memórias vagas podem ganhar foco e acuidade, desencadeando um fluxo de detalhe.

Todas as entrevistadas trouxeram fotografias digitais que foram vistas na tela de um computador. Durante a entrevista, as fotografias foram expostas, uma a uma, seguidas de uma conversa sobre elas. Essa conversa foi norteadas por alguns pontos centrais como: por que você escolheu essa fotografia? Quem são as pessoas que aparecem na fotografia? Onde e quando foi tirada a fotografia? Era alguma ocasião especial? Quem fez o registro da fotografia?

Há vários modos de utilização de fotografias em entrevistas. Clark-Ibáñez (2004) apresenta uma diversidade de maneiras de pesquisadores se valerem de fotografias em seus trabalhos e relaciona essa técnica aos métodos qualitativos de pesquisa. No caso do presente trabalho, além da foto-elicitación, a fotografia também proporcionou interessante dado de pesquisa para posterior análise.

A fotografia, para Bourdieu (2003), é um recurso de grande valor no campo sociológico, pois ela registra momentos considerados legítimos e importantes para determinada época. Nesse sentido, na vida familiar, a fotografia foi introduzida, por volta dos anos 1930, em grandes cerimônias, naquelas que possuíam significado social para a família. Bourdieu salienta (2003, p. 59) (tradução nossa):

Em alguns anos, alguns produtores tiram vantagem da presença de fotógrafos em feiras agrícolas a serem fotografados com os seus animais, mas é algo excepcional. Batismos nunca levam uma grande cerimônia e apenas parentes próximos se reúnem; fotografia, nesses casos, também é excelente. A primeira comunhão oferece a muitas mães a oportunidade de fotografar seus filhos. Isto demonstra, uma vez mais, que o significado e papel de fotografia são funções do significado da festa social.

O significado social que a fotografia carrega em si tem como exemplo o fato de mães que fotografavam seus filhos, em 1930, não receberem a aprovação de todos como acontece atualmente na maioria das vezes.

Entre as fotos de uma aldeia camponesa pequena, fotos de crianças constituem metade das tiradas após 1945, ao passo que praticamente não existiam antes de 1939. Em outros momentos, só foram fotografados adultos; sempre, fotos de grupos familiares se reuniam pais e filhos e, excepcionalmente, as crianças apareceram sozinhas. Hoje que a hierarquia foi invertida. (BOURDIEU, 2003, p. 59-60) (tradução nossa).

Ao encontro deste pensamento, Mraz (2005, p. 2) explora o significado social das fotografias e alerta sua idealização,

[...] a fotografia familiar é comumente muito estereotipada e convencional, porque representa as pessoas em seus papéis socialmente designados – pai, o esposo, o tio de Los Angeles – em lugar de captar sua individualidade. Fora isso, é idealizadora, vez que as imagens retratam sorrisos e abraços em lugar dos pratos de sobremesa, dos ressentimentos latentes, das rivalidades entre irmãos e das incompreensões das distintas gerações que são também parte das reuniões familiares.

Mraz (2005) também mostra a variedade de oportunidades que a utilização da fotografia em investigações científicas proporciona ao pesquisador. O autor também informa que, por diversas vezes:

Os praticantes da fotografia familiar aderem inconsciente e insistentemente aos códigos de posar estabelecidos há muito, nos quais somente o bom comportamento que tem a aprovação social pode ser fotografado, mais tarde se fará outro processo de seleção ao escolher entre as várias imagens possíveis para inclusão no álbum familiar. Estas convenções, longe de tentar abrir portas à realidade da família, estão, de fato, designadas para guardar seus segredos e protegê-los do escrutínio público. (MRAZ, 2005, p. 2).

No entanto Mraz (2005) não deixa de revelar sua defesa à utilização da fotografia como fonte de pesquisa, já que, para ele, não há dúvidas de que as imagens oferecem diversas possibilidades de análise. Conforme o autor, “como todas as imagens técnicas, as fotos conservam imagens fundamentais da vida material e das relações sociais” (MRAZ, 2005, p. 2).

O autor acrescenta, ainda, que é essencial utilizar fotografias no estudo de famílias. De acordo com Mraz (2005, p. 2-3):

A fotografia de família também é o documento doméstico que predomina; é difícil pensar em escrever uma história da família sem este recurso. Assim mesmo, as fotos familiares podem oferecer uma possibilidade de escrever histórias alternativas, de contar a outra metade da história. Finalmente, abrem uma janela para os gostos das pessoas ao mostrar aquilo de que elas estavam orgulhosas, o que achavam interessante e o que queriam mostrar aos outros.

A fotografia é um dado visual e, portanto, exige do pesquisador cautela ao trabalhar com esse tipo de material, principalmente porque, no caso desta pesquisa, as mães selecionaram apenas cinco de um grande montante de fotografias.

Uma vez retiradas de seu contexto, as imagens ali expostas podem perder o significado ou adquirir outros que podem não ser fiéis ao significado original. Além disso, é necessário considerar as condições técnicas da época para se tirar a fotografia, ainda que isso não seja

indispensável, mas pode trazer informações importantes para o pesquisador. Por exemplo, não havia a técnica do *flash* em São Paulo até 1917, o que fez com que as fotos fossem tiradas quase que em sua totalidade do lado de fora de casas, prédios, edifícios (LEITE, 1993).

Portanto, além de servirem de motivador, desinibidor e possível recurso de análise sobre as relações da família com a creche, as fotografias foram objeto de análise acerca da posição social da criança na família e de possíveis elementos não narrados durante as entrevistas. O que significa, por exemplo, de uma fotografia da família de uma entrevistada na qual ela própria não aparece? E o que dizer se em todas as fotografias selecionadas por ela aparecem apenas as outras pessoas e nunca ela mesma? Essas são questões interessantes que podem oferecer caminhos de análise para o pesquisador.

A foto-elicitação também pode proporcionar um interessante recurso para a análise, tendo em vista que se trata de uma seara híbrida entre a família e a creche, pois nada impede que as famílias escolham fotos sobre elas na creche ou que se relacionam com a creche.

Diante de todos os desafios de se interpretar e analisar o conteúdo dessas fotografias, este trabalho propôs algumas categorizações sobre elas, tais como os componentes da família presentes, as mais marcantes para cada entrevistada, as que emocionaram mais durante a conversa com a pesquisadora, as que motivaram mais ou menos a conversa.

A partir das categorizações propostas, foi possível a emissão de inferências acerca das fotografias que puderam ser contrastadas com as narrativas das entrevistadas durante as entrevistas, possibilitando o melhor conhecimento de seu arranjo familiar, assim como de sua relação com a criança pequena.

3.2 ÉTICA NA PESQUISA

É cada vez mais frequente a publicação de artigos ou livros sobre ética na pesquisa. Carvalho e Müller (2010) sugerem posturas e atuações do pesquisador frente aos pesquisados a fim de respeitar os limites éticos da pesquisa. Ainda que os autores tenham tratado especificamente de pesquisa com crianças, a perspectiva da ética deve ser estendida a qualquer tipo de pesquisa. Exemplo de suas sugestões no campo da ética está no momento da entrada no campo que “deve ser marcada pela apresentação do pesquisador e de seus objetivos [...]” (CARVALHO; MÜLLER, 2010, p. 73). Além disso, os pesquisadores precisam considerar o respeito como uma técnica metodológica para evitar julgamentos de valor sobre o pesquisado estar certo ou errado. Ademais, todas as etapas da pesquisa precisam

ser negociadas com os pesquisados e sempre precisa ser perguntado a eles se desejam continuar realizando a pesquisa.

A ética abarca todos os campos científicos e também se faz presente nas Ciências Humanas e Sociais, que nem sempre lidam com questões relacionadas à saúde e áreas afins. Spink (2012) discute como é importante tratar de ética e moral no campo do conhecimento científico por ele ser considerado mais relevante nos dias atuais. A relevância dessa discussão está em todo lugar e, por isso, sente-se a necessidade de expor quais os procedimentos e cuidados éticos foram tomados durante a realização desta pesquisa, que serão explicitados a seguir.

Durante a escrita do projeto de pesquisa, o desenho metodológico foi desenvolvido e definindo-se em pesquisa de campo em instituições de Educação Infantil, com entrevistas com adultos. A partir das decisões tomadas pelas estratégias metodológicas já citadas, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, que é responsável pela avaliação de pesquisas sociais.

O projeto submetido possui seus objetivos de pesquisa, quadro teórico, desenho metodológico, cronograma e orçamento. Além disso, foram enviados os seguintes documentos: aceite institucional, carta de revisão ética, termo de consentimento livre e esclarecido, autorização para utilização de imagem e som e roteiros das entrevistas. Após avaliação pelo Comitê, o projeto foi aprovado⁷.

Após a aprovação, iniciou-se a entrada em campo da pesquisadora com a apresentação à instituição da pesquisa e posterior contato com as selecionadas. Às entrevistadas foi perguntado se gostariam de participar da pesquisa e, antes das gravações realizadas em áudio, o termo de consentimento livre e esclarecido foi lido e assinado pelas mães. Em respeito aos princípios éticos, todos os nomes das entrevistadas e citados por elas foram preservados, alterando-os por nomes fictícios, e suas fotografias tiveram rostos borrados para impossibilitar a identificação das pessoas. Em nenhum momento, os dados foram publicados e todos os compromissos éticos foram seguidos.

⁷ No anexo A, encontra-se o parecer do Comitê de Ética em Pesquisa com a aprovação do projeto.

4 RESULTADOS

Os dados gerados a serem analisados referem-se às transcrições das entrevistas sobre família e creche conduzidas com as duas mães – perfazendo um total de quatro entrevistas. A análise conta com cinco fotografias selecionadas pelas mães, totalizando 10 fotografias sobre famílias. Ainda, de forma complementar, conta-se com notas de campo elaboradas durante e logo após a realização das entrevistas.

Inspirada em Marcuschi (2006), a transcrição das entrevistas foi realizada de forma literal e adicionada de alguns sinais com significados específicos, conforme Lista de Símbolos. A obra apresenta um método para análise da conversação para melhor organização e compreensão dos dados gerados, o que facilita a leitura do pesquisador. Desta forma, a leitura da transcrição permite o reconhecimento de pausas, interjeições e empolgações. Ou seja, a transcrição vai além da palavra falada e possibilita a identificação de aspectos emocionais nas narrativas das mães.

As entrevistas foram realizadas nos meses de novembro de dezembro de 2013. Elas foram gravadas com gravador de áudio e com ciência e permissão das entrevistadas, após a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual foi assinado pelas mães. A seguir, será apresentada uma descrição de cada entrevistada, a partir das observações e notas de campo da pesquisadora, além da apresentação das fotografias escolhidas.

4.1 ALÍCIA

Alícia é casada, mãe de dois meninos, reside com seu marido e seus dois filhos no Guará, Região Administrativa do Distrito Federal. Possui formação em nível superior, trabalha como servidora pública da União no regime de quarenta horas semanais e pertence à classe B. Apenas seu filho mais velho está matriculado na instituição de Educação Infantil privada.

A entrevista com Alícia aconteceu na sala de coordenação da instituição de Educação Infantil privada, na qual seu filho está matriculado. Ela o deixou no Berçário e em seguida nos encontramos. Portanto, seu filho não estava presente durante a realização da entrevista.

Alícia levou seis fotos que considera mais importantes sobre sua família, mas descartou uma no momento da entrevista, para que pudéssemos seguir com o acordo inicial de cinco fotos. A entrevista durou 48 minutos e 48 segundos, tendo sofrido apenas uma pequena

interrupção de alguns segundos, por terem entrado duas pessoas na sala para pegar algo. No geral, a entrevista correu muito bem, com privacidade e silêncio para a sua realização.

Durante a realização da entrevista, percebi que Alícia se sentiu à vontade, sem que nenhuma pergunta tenha lhe causado constrangimento ou feito com que se sentisse mal. Ao final da entrevista, foram feitas perguntas sobre a impressão de Alícia em relação àquele momento, tendo ela respondido que estava tudo bem, que havia gostado da entrevista e que estava aguardando a realização da próxima. Ela parecia querer marcar logo a data e explicou o porquê: ela estava grávida e seu outro filho poderia nascer a qualquer momento. Como ela gostaria de participar de todo o processo, a entrevista sobre creche foi agendada para dois dias depois da primeira.

A segunda entrevista com Alícia foi realizada novamente na instituição de Educação Infantil privada, mas, desta vez, na Biblioteca. Mais uma vez, Alícia deixou seu filho no Berçário e foi ao meu encontro. Não houve interrupções e a entrevista fluiu tão bem quanto a primeira. Não precisamos de apresentações antes de iniciar, apenas alguns esclarecimentos sobre o tema do dia e, assim, demos início à entrevista, que durou 49 minutos e 46 segundos.

As fotografias selecionadas por Alícia são apresentadas a seguir, introduzidas por um título e seguidas de uma breve explicação sobre o contexto e produção de cada uma. Os títulos foram elaborados pela pesquisadora, a partir de uma síntese analítica feita com base na descrição da entrevistada, sendo que alguns foram reproduzidos a partir de sua narrativa.

Fotografia 1 – “Divisor de águas”⁸



Fonte: material empírico de pesquisa.

Alícia afirmou que escolheu esta fotografia por representar um “divisor de águas” (Linhas 146-147, 18/11/2013), tendo em vista o momento em que foi tirada: o dia do seu casamento. Para ela, esta situação representou a saída de sua família de origem para a entrada em sua família constituída, com seu marido e filho, pois estava grávida nesse período. Alícia encontra-se no meio e seus pais.

Fotografia 2 – “União de família”



Fonte: material empírico de pesquisa.

⁸ As fotografias estão organizadas seguindo a ordem que foram descritas nas entrevistas. Não houve ordenação por parte das entrevistadas de quais fotografias fossem as preferidas.

Esta fotografia é significativa para Alícia porque não se tratava apenas de uma conquista de título, mas sim do apoio incondicional de seu marido na decisão por abandonar o curso de Engenharia, local onde eles se conheceram, para estudar o que verdadeiramente se interessava, a Matemática. Para ela, esta fotografia representa a união de sua família. Nela encontram-se Alícia, seu marido e seu filho.

Fotografia 3 – “Companheirismo”



Fonte: material empírico de pesquisa.

Na fotografia estão o filho e a irmã de Alícia em um restaurante. Alícia selecionou esta fotografia porque considera sua irmã uma companheira para todos os momentos. Neste dia, Alícia tinha acabado de buscar seu filho na creche e não estava se sentindo muito bem emocionalmente. Ligou para a irmã e encontraram-se nesse restaurante para conversar. Além disso, Alícia afirmou que sua irmã é muito apegada ao seu filho e que ela continua sendo um membro muito importante de sua família, mesmo que Alícia já tenha constituído uma nova.

Fotografia 4 – “Fruto da nova família”



Fonte: material empírico de pesquisa.

A fotografia mostra Alícia e seu filho no segundo dia de vida dele. A fotografia foi tirada ainda no hospital, no dia seguinte ao seu nascimento. Alícia narrou que a escolha por esta fotografia se deu em virtude de Gabriel representar o fruto da sua nova família. O casamento já estava marcado antes mesmo de ela engravidar, mas, com a notícia da gravidez, tudo foi antecipado e ela sente ter sido seu filho o motivo de todas as mudanças positivas para a vida dela e do marido.

Fotografia 5 – “Importância da família de origem”



Fonte: material empírico de pesquisa.

Esta fotografia foi tirada no casamento da prima de Alícia e estes são os seus pais e seu filho. Alícia selecionou esta fotografia porque teve a mesma sensação do dia do seu casamento: sua prima estava saindo de sua família de origem para constituir uma nova. Esse era um momento importante e que Alícia continuava compartilhando momentos desses com seus pais, mesmo que ela tivesse uma nova família com seu marido e filho.

4.2 LAÍS

Laís é casada, mãe de um menino e uma menina, reside com seu marido, seus filhos e sua enteada na Asa Norte, bairro de Brasília. Possui formação em nível superior, trabalha como professora de educação física em uma escola privada no regime de 40 horas semanais e pertence à classe A. Apenas sua filha mais nova está matriculada na instituição de Educação Infantil privada.

O interessante da primeira entrevista com Laís é que, quando nos vimos, fomos surpreendidas, pois já nos conhecíamos. Como a seleção das participantes desta pesquisa foi feita a partir das crianças matriculadas nas instituições de Educação Infantil e de suas famílias, não percebi que Laís era minha conhecida. Apesar disso, as entrevistas foram realizadas normalmente, como nas outras, com o distanciamento necessário para seguir com o roteiro e captar as informações produzidas ali.

Para a primeira entrevista, cheguei ao seu local de trabalho ao término do expediente e Laís me atendeu prontamente na sala de aula do seu filho mais velho. Contamos com um ambiente agradável, silencioso e não houve interrupções. Seu filho permaneceu em horário de plantão com as monitoras da instituição e tivemos privacidade para seguir com a entrevista. Relembrei alguns pontos da entrevista do dia e os objetivos da pesquisa para, então, começarmos. Laís levou seis fotos por engano e pediu para falar sobre as seis. Eu aceitei com tranquilidade, mas ao final ela retirou uma para que garantíssemos a simetria entre as entrevistadas. Durante a descrição das fotos, Laís se emocionou e chorou um pouco. Apesar disso, não houve constrangimentos e continuamos com a entrevista.

Esta entrevista durou 36 minutos e 37 segundos. Laís compreendeu bem as perguntas e a conversa fluiu perfeitamente. Ela parecia estar atenta a cada pergunta e preocupada em saber se havia entendido corretamente. Mostrou disposição e entusiasmo nas respostas e disse ter gostado da entrevista.

A segunda entrevista com Laís, sobre creche, foi realizada no trabalho da entrevistada, novamente, mas desta vez fomos ao ginásio da instituição porque as salas estavam ocupadas.

O ginásio estava fechado e não houve barulho, tampouco interrupções no momento da entrevista. Contamos com silêncio e privacidade para realizá-la. Esta entrevista durou 28 minutos e 57 segundos, não precisou de esclarecimentos iniciais e fluiu bem.

Minha impressão final é que a entrevistada se sentiu bem nas entrevistas e que conseguimos realizar a conversa de forma fluída. Laís agradeceu a participação e afirmou ter gostado bastante. As entrevistas captaram informações de acordo com os objetivos desta pesquisa.

A seguir, as fotografias selecionadas por Laís sobre sua família são apresentadas. Seguindo o mesmo padrão de tratamento das fotografias de Alícia, foram elaborados títulos a partir da análise da narrativa da entrevistada e, em seguida, há um texto breve explicativo sobre cada fotografia.

Fotografia 6 – “Família completa”



Fonte: material empírico de pesquisa.

Esta fotografia foi tirada em um dia comum, mas programada para fazer uma sessão de fotos de Vitória, filha de Laís. A mãe relatou que é muito difícil estarem todos juntos por conta da rotina de cada um ser bem diferente e que ela escolheu esta fotografia porque representa a família dela completa. Além de Laís e Vitória, estão presentes seu marido, seu

filho mais velho, sua enteada e seu animal de estimação, a arara. A fotografia foi tirada na casa que eles próprios construíram e isso é muito importante para Laís.

Fotografia 7 – “Apoio e proteção”



Fonte: material empírico de pesquisa.

Laís descreveu o momento em que esta fotografia foi tirada com muita emoção. As mãos dadas são a dela e a de seu marido e representam, para Laís, apoio e proteção que seu marido deu no momento do parto de Vitória.

Fotografia 8 – “Sem palavras”



Fonte: material empírico de pesquisa.

Esta fotografia foi tirada depois que Vitória nasceu e que foram realizados todos os procedimentos hospitalares de cuidado com ela. Foi o primeiro momento em que Laís teve

contato com sua filha. Ela descreve esse momento como “sem palavras” (Linha 219, 21/11/2013), que representou o reconhecimento dela com a filha e da filha com ela.

Fotografia 9 – “Relação fraterna”



Fonte: material empírico de pesquisa.

Nesta fotografia estão presentes Vitória e Artur, filhos de Laís. Ela escolheu esta fotografia porque representa o início da relação entre os irmãos. Foi quando eles começaram a brincar, porque, antes, Laís relata que eles ainda não interagiam. Foi um momento importante, para ela, porque eles se reconheceram como parceiros e membros da mesma família.

Fotografia 10 – “Expectativa”



Fonte: material empírico de pesquisa.

Laís selecionou esta fotografia porque representou um momento de expectativa para a chegada de Vitória junto à sua família. Ela relatou que todos estavam à espera do bebê e que ela sentia a união da família neste momento.

5 ANÁLISE

A análise requer dois esforços simultâneos: a redução dos dados e a escrita do texto. Luker (2010) propõe esse exercício para que o montante de dados gerados seja reduzido a fim de se obter a essência do que responde às perguntas próprias da pesquisa. Trabalhar com todos os dados da pesquisa dificulta ainda mais a tarefa de focar em seus objetivos centrais e a análise pode tomar direções diferentes daquelas propostas anteriormente. É importante ressaltar que o exercício proposto por Luker (2010) se mostra simultâneo, pois, em diversos momentos, a redução e a análise se misturam, não sendo possível distingui-las.

De posse dos dados coletados, a redução dos dados foi iniciada com constantes leituras e releituras das transcrições das entrevistas e das fotografias associadas às transcrições a fim de reconhecer padrões nas narrativas das entrevistadas (LUKER, 2010). O reconhecimento de padrões proposto pela autora é feito durante todo o processo de pesquisa, desde o início do projeto até o momento da análise, pois o olhar do pesquisador vai se preparando para focar naquilo que responde aos objetivos da pesquisa.

Quando se referiam a um mesmo assunto, foram utilizadas cores iguais para destacar as narrativas, e cores diferentes, quando se referiam a assuntos distintos. Essas cores tornaram-se, posteriormente, as categorias deste trabalho. Em um primeiro momento, a leitura foi feita sobre cada mãe entrevistada para a realização posterior de contrastes e comparações. Por fim, foram nomeadas categorias para melhor visualização das temáticas mais abordadas durante as entrevistas. São elas: socialização e eventos preparatórios para a inserção do bebê na creche.

A partir da categorização definitiva das narrativas das mães, o trabalho passou a ser o de explicar cada uma dessas categorias por meio de descrições analíticas. Nas próximas seções, serão apresentadas descrições analíticas sobre cada categoria a partir das narrativas das mães em contraste com as teorias de suporte relacionadas ao objeto de estudo desta dissertação.

5.1 SOCIALIZAÇÃO

Socialização se tornou uma categoria de análise, pois foi encontrada em diversas narrativas das entrevistas, mesmo que em nenhum momento tenha sido conversado diretamente sobre o tema com as mães. Socialização foi o principal motivo que levou as mães a matricularem seus bebês na creche, o que se distingue da ideia de que as mães só teriam

razões econômicas ou de trabalho para optarem por compartilhar a educação e o cuidado de seus filhos com esta instituição. Diante disso, socialização se apresenta como parte integrante dos processos de transição dos bebês da família para a creche, já que contribuiu de forma determinante para a convivência nessas duas instituições socializadoras.

Para uma discussão teórica sobre socialização, serão apresentados autores que contribuíram com o conceito a fim de demonstrar sua importância para pesquisas que trabalham sobre crianças e infância. As áreas da sociologia e da educação se entrecruzam quando relacionadas à infância, pois a pedagogia, ao educar crianças, buscou na sociologia suas contribuições e apontou suas limitações sobre os estudos sociais da infância. O cruzamento de conteúdos entre as áreas se deu em face do interesse de ambas sobre criança, infância e socialização (MARCHI, 2009). No entanto embates começaram a surgir a partir da constatação de que a criança era estudada a começar de suas instâncias socializadoras, família e escola, e de seus ofícios, filho e aluno em uma ordem social adulta hierarquicamente constituída.

Percebe-se, então, a importância que ganha o conceito de socialização na primeira infância que, embora seja intrinsecamente relacionado ao de interação social, apresenta suas particularidades na medida em que sofre mutações ao longo da história e em muito contribui para o entendimento dos embates teóricos da sociologia da infância. Do ponto de vista teórico, o conceito de socialização se tornou central nessa discussão, pois ele engloba todos esses conflitos e implicações para os estudos da infância e das crianças, principalmente porque envolve os dois sujeitos geracionais: o adulto e a criança.

A partir da concepção de creche e de família como instituições sociais, a presente pesquisa utiliza a categoria socialização e, por consequência, cuidar-educar na próxima seção, para discorrer acerca dessas temáticas. As duas instituições são entendidas como responsáveis pela socialização e pela educação e cuidado de crianças pequenas. Como conceito inicial para a discussão, pode-se definir socialização como

o processo através do qual indivíduos são preparados para participar de sistemas sociais. [...] De modo geral, não somos socializados para compreender sistemas como sistemas, nem para analisar como eles realmente funcionam e suas consequências. Em vez disso, viemos a compreendê-los como uma realidade que aceitamos como natural, que simplesmente é o que parece ser (JOHNSON, 1997, p. 212).

Para Giddens (2012, p. 210), socialização é o processo pelo qual o bebê se torna autoconsciente e hábil na maneira da cultura em que nasceu. Ou seja, no processo de

socialização, “[...] especialmente nos primeiros anos de vida, as crianças aprendem os modos dos mais velhos, perpetuando valores, normas e práticas sociais”. Em toda sociedade, há características que permanecem por várias gerações e o processo de socialização é o que mantém suas regras e seus valores.

Nessa perspectiva, o conceito de família torna-se essencial para o estudo dos processos de socialização de bebês, já que ela tem o papel de socializar crianças. De acordo com Johnson (1997, p. 107), família é uma instituição social definida pelas

[...] funções sociais que se espera que ela cumpra: reproduzir e socializar os jovens, regular o comportamento social, agir como grande centro de trabalho produtivo, proteger os filhos e proporcionar apoio emocional aos adultos, servindo como origem de *status atribuído*, como etnicidade e raça. Embora a forma das instituições familiares varie muito de uma sociedade ou período histórico a outros, as funções básicas da família parecem ser razoavelmente constantes e quase universais.

Para Giddens (2012, p. 213), família é uma agência de socialização que, apesar de suas variações, “continua sendo a principal agência de socialização da primeira infância à adolescência e além dela – em uma sequência de desenvolvimento que conecta as gerações”.

Dessa forma, fica claro que o papel da família compreende socializar as crianças. Esse papel de socialização torna-se necessário, pois, para a sociologia, o indivíduo não nasce membro da sociedade. Apenas após sua socialização é que ele deixa de ser um indivíduo isolado e passa a constituir-se como membro dela. É nesse contexto que a família entra com a sua função de socializar as crianças e permitir que elas possam se inserir na sociedade.

Essa ideia foi exposta como introdução a esta seção para se entender o pensamento sociológico sobre crianças e infância, pois grande parte dele é fruto dos estudos de socialização. Com foco na socialização no ambiente familiar, os estudos sociológicos clássicos entendem a criança como externa à sociedade, que deve ser moldada para se tornar um de seus membros. Esses estudos fazem parte das teorias tradicionais de socialização, e Corsaro (1997) apresenta modelos de socialização que permaneceram vigentes durante muito tempo e outros que o autor propõe serem mais adequados ao entendimento da infância. Mais adiante, encontram-se finalmente argumentos e conceitos mais contemporâneos sobre a socialização de crianças.

O termo socialização se expande para diversas fases da vida, além da infância. O indivíduo pode ser socializado no momento em que ingressa em uma companhia nova de trabalho ou ao migrar para outra sociedade, pois esse processo está diretamente relacionado com aprendizagem e apreensão de valores e sentimentos próprios de uma sociedade. No

entanto, a socialização da criança se apresenta em outra dimensão. É nesse sentido que Elkin (1968, p. 14-15) afirma:

A socialização da criança tem uma aplicação mais extensa. A criança acaba tornando-se um ser humano adulto, que aprendeu os modos da sociedade em funcionamento. O significado de socialização pode ser esclarecido citando-se alguns problemas que não estão diretamente ligados ao processo de socialização. [...] não é problema de socialização explicar como as tendências básicas e necessidades dum indivíduo são desenvolvidas e elaboradas. Pela perspectiva da socialização a criança não é encarada primariamente como possuidora de tendências e necessidades que necessitam ser satisfeitas, mas antes como alguém capaz de aprender padrões, símbolos, expectativas e sentimentos do mundo em sua volta.

Portanto, o processo de socialização das crianças deve ser entendido de forma peculiar, pois a própria tradição sociológica considerou a criança como não detentora de necessidades, ainda que a socialização não seja entendida como um processo de mão única. É nesse sentido que esta pesquisa incorpora o termo socialização, visto que se trata de estudo com narrativas de mães que possuem crianças pequenas.

O estudo do conceito de socialização nos clássicos teóricos da sociologia se mostra fundamental para a compreensão de alguns aspectos que demandaram o surgimento de estudos próprios da sociologia sobre infância e crianças. É importante também salientar que, como será visto a seguir, a sociologia da infância encontrou dificuldades em sua progressão, pois caiu nas próprias armadilhas ao propor dicotomias para os estudos sociais da infância, além de estereotipar autores que, embora apresentem limitações, muito contribuíram para o avanço das pesquisas na área da sociologia.

Para que o processo de socialização aconteça, é necessário que existam agentes de socialização, isto é, grupos, ambientes ou instituições que sejam detentores da função de socializar as crianças. A socialização ocorre em diversos ambientes e na interação com diversas pessoas. Família, escola, grupos de pares e meios de comunicação de massa são exemplos de agentes de socialização (ELKIN, 1968).

Autores clássicos da sociologia abordam esses dois espaços tradicionais de socialização: a família e a escola. Durkheim se encontra nesse grupo, assim como Berger e Luckmann, que discorrem sobre a socialização primária e secundária⁹. A primeira diz respeito

⁹ Os autores também tratam do conceito de “alternação”. Diferentemente da socialização primária e da secundária, a alternação representa as transformações quase totais vividas por indivíduos, ou seja, eles já passaram por esses níveis de socialização, mas vivenciam um processo de transformação radical que os faz “mudar de mundo” (BERGER; LUCKMANN, 2011, p. 207-208).

ao processo de imersão da criança no mundo social, entendido, por ela, não como um sistema, mas como único sistema. O ideal de socialização primária é que à criança seja ensinado o mundo como ele é, como se fosse o único possível, o único real, o único correto. Não se ensina às crianças a pluralidade de culturas e formas de comportamento humano no ocidente, ensina-se apenas o que se acha que é o melhor, o correto, o que já é consolidado, o que se acha que deve ser.

A socialização secundária é qualquer processo posterior que insere o indivíduo já socializado em novos setores da sociedade. Conforme Berger e Luckmann (2011, p. 178), a socialização secundária é a “interiorização de ‘submundos’ institucionais ou baseados em instituições.” Portanto apresenta “realidades parciais” (BERGER; LUCKMANN, 2011, p. 179), que vivem em constante contraste com o mundo que foi apresentado na socialização primária.

Retomando o conceito de socialização e a maneira como os autores clássicos a contextualizam nas esferas familiares e escolares, Durkheim (1978) aponta para a peculiaridade da escola em relação à família, esta última preocupada com a formação do indivíduo, voltada a ensinamentos de caráter privado e doméstico, enquanto a primeira surge como complemento à família para preencher a lacuna de construção de indivíduos moralmente comprometidos com os ideais públicos.

A creche, por ser instituição de cuidado e educação de crianças de zero a três anos, pode ser enquadrada na concepção de “socialização primária” de Berger e Luckmann (2011, p. 167). Dessa forma, as crianças experienciam duas instituições distintas de socialização ao nascer: a família e a creche – neste caso, a partir dos quatro meses nas creches públicas. A socialização primária vivenciada pelas crianças é o sentido que elas atribuem a um fato, seria então a “apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido, isto é, como manifestação de processos subjetivos de outrem, que desta maneira torna-se subjetivamente significativo para mim” (BERGER; LUCKMANN, 2011, p. 167-168).

A família representou o contexto natural e exclusivo de socialização das crianças na sociologia tradicional, e, ainda que sejam concebidos outros agentes de socialização, a família permanece em primeiro lugar sendo relacionada à natureza. Na visão de Elkin (ELKIN, 1968, p. 65):

Escolas, hospitais, agências governamentais, e indústrias de serviço têm assumido muitas das funções que eram, há tempos, consideradas rotina para a família. No entanto, para a criança, a família ainda permanece o agente de

socialização mais importante. É um grupo primário cujos liames emocionais próximos, intensos e duradouros, são, como observamos, cruciais não somente como protótipos de liames subsequentes, mas também para uma socialização adequada e para o desenvolvimento emocional da criança. A família é a primeira unidade com a qual a criança tem contato contínuo e o primeiro contexto na qual se desenvolvem padrões de socialização; é um mundo com o qual ela nada tem para comparar.

A ideia de que a família represente contexto natural e exclusivo de socialização das crianças parece contraditória ao compreender a existência de outros agentes de socialização. A família nem mesmo pode ser encarada como o primeiro contexto de socialização das crianças, tendo em vista os arranjos familiares contemporâneos. Se ela for concebida como natural, apenas famílias biparentais consanguíneas poderão fazer parte desse entendimento.

A sociologia da infância teve origem no movimento chamado “retorno ao ator” à cena das ciências sociais, no plano teórico e, no plano empírico, na entrada do tema infância na agenda da política pública internacional (MARCHI, 2009). Sua crítica aos clássicos se iniciou no questionamento de como as crianças e a infância eram concebidas tradicionalmente. Além disso, seus estudos propõem

a desconstrução da obviedade e legitimidade presentes no paradigma tradicional da infância como fase “natural e universal” da vida e das crianças como objetos passivos de socialização numa ordem social adulta. Nesse sentido, o princípio da criança-ator incita a se passar da visão determinista que coloca a ênfase nos fatores estruturais que pesam sobre ação social para a análise da capacidade de ação (agency) da criança, enquanto que o princípio da construção social da infância questiona a idéia desta como categoria definida simplesmente pela biologia e passa a entender seu significado como variável do ponto de vista histórico, cultural e social e sempre sujeito a um processo de negociação tanto na esfera pública quanto na privada (MARCHI, 2009, p. 228).

Para corroborar essa luta, a seguir, estão elencados autores que trataram sobre o conceito de socialização dentro da sociologia da infância com a preocupação de ressignificar o entendimento da criança e da infância frente aos novos desafios contemporâneos e às transformações que ocorrem nas instituições sociais.

Corsaro (1997) preocupa-se com as teorias sociológicas da infância. Seu intuito é apresentar “uma abordagem teórica alternativa ao estudo da infância, que reconceitua o lugar das crianças na estrutura social e destaca as contribuições exclusivas que as crianças dão ao seu próprio desenvolvimento e socialização” (CORSARO, 1997, p. 7) (tradução nossa). Para isso, o autor inicia a exposição das teorias tradicionais da socialização para, então, propor o conceito de reprodução interpretativa que, resumidamente, significa que “as crianças criam e

participam de suas próprias e exclusivas culturas de pares quando selecionam ou se apropriam criativamente de informações do mundo adulto para lidar com suas próprias e exclusivas preocupações” (CORSARO, 1997, p. 18).

As teorias tradicionais se dividem em dois grandes modelos, segundo Corsaro (1997): o modelo determinista e o modelo construtivista. No modelo determinista, à criança, é atribuído um papel passivo e dicotômico na sociedade. Passivo porque se entende que a criança apenas recebe informações, e dicotômico porque ora ela aparece como uma iniciante no processo de contribuição com a sociedade, ora como uma ameaça indomada, que necessita de contenção para não destruir as regras sociais.

Ao encontro desta ideia, Prout (2010) retrata o equívoco em tratar as crianças em posições extremas. Crianças em perigo e crianças perigosas é mais uma dicotomia atribuída à infância que pode causar problemas no entendimento das culturas infantis. Criança em perigo remete à sua imaturidade, vulnerabilidade, inocência e dependência. Criança perigosa passa a ideia de necessidade de socialização contínua, pois do contrário ela se torna uma ameaça à sociedade. Dessa forma, não é possível entendê-la como autônoma, racional ou capaz de reinterpretar o que acontece ao seu redor, ora precisando de adultos para sua proteção, ora precisando de instituições para sua socialização.

O modelo construtivista concebe a criança como ser ativo, aprendiz e construtor do seu mundo social. Nesse modelo, a criança se apropria da sociedade (CORSARO, 1997). Percebe-se que entre os dois modelos não há um intermediário, mas há extremos que recorrem a dicotomias para explicar a infância.

Dentro dos dois modelos de socialização, há abordagens distintas, mas que seguem os princípios gerais de cada um deles. O importante é salientar, como fez Corsaro (1997), os pontos fracos dos dois modelos para que o autor possa construir o seu conceito e a sua visão sobre a infância contemporânea. No modelo determinista, o grande ponto fraco é a simplificação de processos altamente complexos, ignorando as crianças e a infância da sociedade. Conforme Corsaro (1997, p. 10) (tradução nossa), as teorias do modelo determinista

podem ser criticadas por sua preocupação excessiva nos resultados da socialização, pela subestimação das capacidades ativas e inovadoras de todos os membros da sociedade e por sua negligência em relação à natureza histórica e contingente da ação social e da reprodução.

No modelo construtivista, seu enfoque é dado ao desenvolvimento individual da criança. Corsaro (1997) lembra que esse modelo foi de grande valia para catapultar a teoria e a pesquisa em psicologia do desenvolvimento. No entanto, o entendimento da criança como um adulto em potencial, passando pelo processo de se tornar adulto, não fora suficiente para a sociologia. O construtivismo remonta a ideia da criança como ser ativo, mas isoladamente solitária das outras crianças. Outro ponto importante que vale ser ressaltado é a preocupação excessiva com o resultado desse processo de desenvolvimento, ou seja, a chegada à competência adulta.

Nesse contexto de linhas teóricas sobre os processos de socialização das crianças, Corsaro (1997) propõe a noção de reprodução interpretativa. Detalhando um pouco mais, o termo reprodução leva em conta a ideia de que as crianças contribuem de forma ativa para a construção e a mudança culturais, ao passo que o termo interpretativa agrega a ideia de aspectos inovadores e criativos da participação das crianças na sociedade.

É essencial ressaltar a importância da literatura, sobretudo inglesa, a respeito da socialização de crianças pequenas. Antes focado no resultado, o processo de socialização de crianças deve ser entendido como um processo presente, da vivência da criança no tempo dela e não pensando nos resultados para o seu futuro. James e Prout (2010, p. 14) (tradução nossa) alertam para esse equívoco:

Este descuido sobre o processo de socialização, com ênfase indevida colocada sobre seu resultado, gerou uma série de debates e tensões morais sobre a infância. Estes focalizaram o papel da família e da escola como agentes de socialização com pouco peso dado a consideração do impacto ou significado dessas instituições na vida das crianças. [...] Pouca atenção foi dada à possibilidade de contradições ou mesmo conflito no processo de socialização. Amarrado a um implícito modelo psicológico de desenvolvimento da criança, a explicação sociológica do crescimento foi baseada em um individualismo naturalista inerente. Todas as crianças que pareciam falhar no processo de socialização foram potencialmente incluídas no novo conjunto de categorias de 'criança': insucessos escolares, crianças desviantes e negligenciadas.

Ao propor a “criança social” em vez de “criança natural”, Jenks (2002, p. 8) (tradução nossa) afirma que este naturalismo, oriundo principalmente da psicologia “onde a infância é apreendida em grande parte, em termos de desenvolvimento biológico e cognitivo através de conceitos como maturação”, diferencia-se dos estudos sociais da infância que buscam explicações através da causalidade estrutural a fim de entender o problema da aquisição de repertórios culturais específicos pela criança por meio das teorias de socialização.

Jenks (2002) entende a socialização como um processo contínuo no curso da vida e alerta para o problema de se pensar esse processo com base em resultados, visando exclusivamente ao futuro. Ao comentar a teoria de Parson, Jenks coloca que socializar está ligado à tentativa de manter os padrões existentes de interação social na sociedade, despertando a sociabilidade latente dentro de cada criança. Nesse sentido, o sistema precisa garantir que a cada criança seja fornecido um ambiente adequado e propício, de tal forma que ela gere capacidades adequadas que são exigidas pelo sistema adulto como um todo. Este complexo de problemas deve ser tratado na família, que atua como lócus da criança para o sistema total. A família, por sua vez, assume papel-chave no modelo de Parson porque apresenta a função de conduzir a socialização primária da criança e também proporciona o apoio emocional essencial de todos os seus membros, garantindo a sua eficiência funcional. Esse entendimento é inadequado do ponto de vista dos sociólogos contemporâneos, visto que pode induzir a contradições dos papéis das instituições na vida das crianças.

Ao encontro da perspectiva dos autores supracitados, Lareau (2011) realiza um estudo sobre o impacto das classes sociais na vida das crianças de diferentes raças e, quando trata de socialização, anuncia como o termo será utilizado tendo ciência de suas tensões e constantes debates. Assim, autora aponta (2011, p. 7950) (tradução nossa),

[...] eu uso principalmente o conceito de criação de filhos, mas às vezes eu também uso o termo socialização. Muitos sociólogos têm vigorosamente criticado este conceito, observando que ele sugere (erroneamente) que as crianças são passivas ao invés de agentes ativos e que a relação entre pais e filhos é unidirecional, em vez de recíproca e dinâmica. [...] No entanto, as condições existentes podem, idealmente, serem revitalizadas a oferecer entendimentos mais sofisticados de processos sociais. Educação infantil e socialização tem a virtude de serem relativamente sucintas e oferecem menos jargões carregados do que outras alternativas.

O processo de socialização de crianças na creche é objeto de estudo das pedagogias da Educação Infantil pelo fato de as crianças encontrarem alguns aspectos estruturais específicos nesse espaço. Por exemplo, segundo Bondioli e Mantovani (1998), o encontro repetido periodicamente com várias crianças da mesma idade é um diferencial. Igualmente, crianças estabelecem relações sociais entre si, observadas em espaços coletivos como a creche (COUTINHO, 2010).

Para Bondioli e Mantovani (1998, p. 189), “os limites entre aquilo que tradicionalmente era definido respectivamente como socialização primária (de incumbência da família) e de socialização secundária (de incumbência de outras agências) vão se diluindo

cada vez mais”. É nesse ponto que a noção de reprodução interpretativa emerge como alternativa à socialização dos modelos tradicionais. Portanto a creche é mais uma instituição no processo de socialização das crianças, que permite a modificação e ressignificação das experiências em família.

Durkheim (2007) contribuiu bastante para os estudos sociológicos e para a delimitação de seu campo, mas foi criticado por autores da sociologia da infância por não considerar as crianças como ativas no processo de socialização, como se este processo fosse unilateral, dos adultos às crianças, tal qual um processo de inculcação de normas e valores da sociedade. A educação da família ou da escola, portanto, possui a função de socializar as crianças, segundo Durkheim. Nas palavras do autor (2007, p. 6),

[...] toda educação consiste num esforço contínuo para impor à criança maneiras de ver, de sentir e de agir às quais ela não teria chegado espontaneamente. Desde os primeiros momentos de sua vida, forçamo-las a comer, a beber, a dormir em horários regulares, forçamo-las à limpeza, à calma, à obediência; mais tarde, forçamo-las para que aprendam a levar em conta outrem, a respeitar os costumes, as conveniências, forçamo-las ao trabalho, etc., etc. Se, com o tempo, essa coerção cessa de ser sentida, é que pouco a pouco ela dá origem a hábitos, a tendências internas que a tornam inútil, mas que só a substituem pelo fato de derivarem dela.

No entanto, retornando à obra do autor com atenção, não parece que o foco era o de afirmar que o processo de socialização acabara ali, na infância, e que esse processo seria uma via de mão única; parece apenas que o autor tinha a preocupação de mostrar a existência de um fato social por meio de indivíduos já socializados, o que não se aplicaria às crianças. Não se tem a pretensão de negar os avanços teóricos da sociologia da infância; a intenção é a de mostrar como os clássicos e suas formulações sobre socialização contribuíram para os estudos sociais da infância e das crianças.

Outro autor que desenvolveu o conceito de socialização foi Simmel, contemporâneo de Durkheim. Para o autor, socializar é interagir, e interação acontece por meio do envolvimento das duas ou mais partes. A leitura de Simmel (1992) propõe um entendimento de socialização distinto daquele que Durkheim realizou. Ele foi além. O processo de socialização é encarado como interações sociais que perpassam toda a vida do indivíduo.

Portanto, é possível perceber que a sociologia da infância em muito avançou e delimitou o seu campo com foco na socialização das crianças, ao contrário do que a sociologia vinha fazendo, sempre com foco nos adultos. A seguir, será tratado o que as mães

entrevistadas entendem por socialização, a fim de verificar relações do conceito com as teorias apresentadas.

5.1.1 *Socialização nas narrativas das mães*

Ao considerar a socialização da criança como motivo principal de as mães terem matriculado seus filhos na creche, cabe discutir o que suas narrativas dizem a respeito do conceito. As mães demonstraram grande preocupação com a formação de vínculos sociais que as crianças podem estabelecer, mesmo ainda pequenas, com outras crianças e adultos extrafamiliares, por meio da socialização.

Alícia afirmou que tomou a decisão pela creche, além de outras razões, para proporcionar uma vida social ao seu filho. Ao seu ver, é a convivência do bebê com outras pessoas além da família que o torna mais desenvolvido. Nas palavras de Alícia:

“Então eu tenho essa opção, mas eu prefiro trazer pra creche até pra ele ter uma vida social também. Eu não quero que meu filho fique (+) conheça só a mãe como um ser humano. Eu quero que ele brinque com outras crianças, que ele veja as outras crianças fazendo coisas que ele não consegue, ele tente fazer também, né. Por exemplo, se ele in da tá engatinhando e tem uma nenezinha que já tá andando. Ele vai tentar andar. Se ele tivesse lá em casa, talvez ele tivesse só engatinhando até hoje. E ele já tá andando. Então eu, eu ainda assim optaria pela creche.” (Linhas 68-74, 20/11/2013).

Alícia recorreu ao conceito de socialização da sua vida particular e da vida dos profissionais da instituição na qual seu filho está matriculado. Ela afirmou que sente a necessidade de interagir com outras pessoas e não ficar em casa cuidando de seu filho em tempo integral. Alícia afirmou: “é, a gente tem uma situação financeira que eu posso deixar de trabalhar pra cuidar dele, só que nem eu te falei, eu não consigo ficar dentro de casa’ eu preciso de uma vida social’ eu preciso sabe” (Linhas 52-54, 20/11/2013). Sobre a socialização dos profissionais da instituição, Alícia insistiu na ideia de que os adultos também precisam interagir uns com os outros por necessidade própria. Ao comparar com o trabalho de uma babá em casa, Alícia afirma

“[...] se meu filho tivesse em casa com uma babá’ é:: ela não teria u: a tarefa era cuidar de criança’ e eu acho que aqui’ elas num conjunto’ elas acabam tendo com quem conversar uma com as outras’ é:: contar os problemas que estão acontecendo na vida pessoal delas’ sabe” é:: essa interação’ é::: social que ela tem aqui’ eu acho que dá mais disposição’ pra elas é:: continuarem procedendo de cuidar de crianças com::: mais cuidado’ com mais carinho com elas’ porque elas tem com quem descarregar’ alguma coisa’ né” por exemplo’ se hoje’ se o dia que eu sei que elas fazem um rodízio lá entre elas’

não, hoje é o dia da fulana dar banho' vamos supor que ela não tá' que ela tá estressada' sabe'' não tá conseguindo lidar com isso' ela pode trocar de tarefa com outra pessoa lá' e em casa não' a pessoa vai ter todas aquelas tarefas' não vai ter com quem conversar' só tem criança pra cuidar'' (Linhas 421-431, 20/11/2013).

Alícia apresenta uma concepção de vida social que, ao mesmo tempo em que leva em consideração a convivência com outras pessoas além do espaço doméstico familiar, ela aposta na educação do bebê na interação com outras crianças. Neste momento, misturam-se concepções sociológicas com concepções psicológicas de interação social.

Assim como foi trabalhado nos primeiros capítulos deste texto a ideia de família e creche como instituições sociais, Alícia demonstra satisfação em matricular seu filho em outra instituição social, como a creche. Como instituição social, define um conjunto de ideias reconhecidamente importantes para uma determinada sociedade (JOHNSON, 1997), é possível inferir que Alícia acredita que seja importante inserir seu filho em outra dimensão social além da sua família e de suas respectivas regras e normas. Essas são as perspectivas sociológicas de suas narrativas.

As concepções psicológicas trabalhadas na narrativa de Alícia são sobre interações sociais de bebês que a psicologia tem despendido tanto esforço para estudá-las. Inserido no campo da psicologia social, Vasconcelos *et al.* (2003, p. 293) definem interação social e reconhecem a existência desse tipo de interação entre bebês.

O ambiente em que vivemos é impregnado por significados sociais que variam conforme a cultura do indivíduo e do agrupamento social a que ele pertence. Esse ambiente sugere condutas para o indivíduo e pode ser modificado por ele, conforme as próprias concepções, que ele tenha desse ambiente. Com isso, o conceito de interação social e a verificação da existência desse tipo de contato social entre crianças bem pequenas também estão impregnados pelos valores sócio-culturais e científicos da sociedade em que vivemos.

Ao pensar que seria ideal para o filho vivenciar momentos de interação com outras crianças e que uma criança aprende com a outra, é possível afirmar que Alícia entende que de fato há interação nesta faixa de idade e reconhece, portanto, a dimensão ativa do bebê na interpretação da sociedade. Posto isso, conclui-se que a concepção de Alícia está em acordo com perspectivas pós-modernas de primeira infância que reconhece, entre outras concepções, as crianças como

[...] atores sociais, participando da construção e determinando suas próprias vidas, mas também a vida daqueles que a cercam e das sociedades em que

vivem, contribuindo para a aprendizagem como agentes que constroem sobre o conhecimento experimental. Em resumo, elas têm atividade e função. (DAHLBERG; MOSS; PENCE, 2003, p. 71).

Laís apresenta uma perspectiva diferente de entendimento do que seria ideal para a sua filha em relação ao seu cuidado e educação. A entrevistada afirma que prefere ficar com a filha em casa a levá-la à creche, mas em outro momento, explica que como é seu segundo filho, fica mais fácil a aceitação da separação e que a criança precisa se inserir na sociedade e não ser limitada ao espaço doméstico.

Além disso, utilizou expressões como “socializar” e “interagir” para expor o que entende sobre socialização. Nas palavras de Laís,

“olha’ é:: se eu pudesse’ eu não colocaria na creche, ela ficaria o tempo todo comigo’ o máximo possível, mas eu não tive outra opção’ eu precisava voltar a trabalhar, e no caso dela’ que: é: segundo filho’ né” que é:: (+) porque eu já tive o Artur:: aí ela ela é segunda filha’ aí eu:: acabei::/ assim’ segundo filho’ eu acho:: tranquilo’ você aceita melhor o fato de ter que se separar do bebê, que na realidade a gente quer ficar jun:to ‘ mas:: (+) a vida segue’ né” eu preciso trabalhar:: ela:: vai ter a vida de:la’ vai precisar ter contato com outros bebês:’ vai precisar socializar’ conhecer o mundo como ele é de verdade’ né” que ela:: / se ela ficar só comigo’ ela ela (+) ia ser ser a rainha da casa’ né” o tempo todo ela’ e eu acho que isso::/ se o processo é muito demorado pra inserção da criança’ dentro da sociedade’ colocar a criança numa escola ou numa creche’ eu acho que a criança tende a ficar um pouco egoísta’ né” e eu acho que é mais difícil de:: de interagir:: de aceitar a a convivência em grupo.” (Linhas 21-31, 10/12/2013).

Além de Laís relacionar a concepção de socialização com a inserção da criança na sociedade, ela também associa ações de socializar e interagir com educação e formação de personalidade e caráter, como a característica que ela nos apresenta: “egoísta”.

Quando a entrevistada afirma que seu bebê pode ficar egoísta se não compartilhar seu mundo social com outras crianças, Laís entende também que a “convivência em grupo” é um processo de aprendizado. Sua noção de socialização está mais associada ao que Giddens (2012, p. 210) afirma sobre a concepção: socialização é o processo pelo qual o bebê se torna autoconsciente e hábil na cultura em que nasceu. Ou seja, no processo de socialização, “[...] especialmente nos primeiros anos de vida, as crianças aprendem os modos dos mais velhos, perpetuando valores, normas e práticas sociais”.

É interessante observar que Laís não relacionou socialização com o processo de desenvolvimento do bebê, mas sim de aprendizado e inserção em sua sociedade.

As mães demonstram que a socialização apenas decorreria da interação de suas crianças com indivíduos fora da família, mesmo aqueles que não têm tanto contato com a

criança. Socialização seria, para as duas mães, interação com pessoas desconhecidas, fora da esfera familiar. No entanto, a estratégia de foto-elicitación permitiu a inferência de que a criança ocupa lugar central na família, seja na sua consolidação de acordo com a Fotografia 4 de Alícia, seja na união da família por meio de proteção e apoio com a Fotografia 7 de Laís. Portanto, a criança possui papel de fundamental importância na família ao promover a construção de novos laços familiares, proporcionar união, proteção, apoio, ocasionar transições na vida adulta, possibilitar momentos de socialização entre adultos.

Alícia e Laís entendem socialização como um processo de inserção da criança na sociedade, sem destacar o papel ativo que a criança possui na transformação da cultura. Além disso, compreendem também o papel da interação nesse processo, tanto com outras crianças como com outros adultos que não sejam aqueles de referência, principalmente os da família. Fica evidente que socializar-se está diretamente relacionado com interação dos indivíduos com outros ou com a sociedade. A diferença central entre o entendimento das mães é que Alícia pensa em desenvolvimento de seu filho com a socialização e Laís entende apenas como aprendizado para sua inserção na sociedade.

5.2 EVENTOS PREPARATÓRIOS PARA A INSERÇÃO NA CRECHE

Os eventos preparatórios para a inserção na creche se tornaram categoria de análise desta dissertação porque apareceram como dado importante e reiterados de explicação sobre como os processos de transição da família para a creche aconteceram. Ao descrever esses processos, as mães referiam-se constantemente a todo o momento de preparação delas e de todos os envolvidos para a inserção de suas crianças na creche.

Os processos de transição tratados no referencial conceitual deste trabalho têm relação teórica com os estudos sobre transição oriundos da sociologia da educação quando investigam os momentos em que as crianças passam de um ciclo escolar para outro, por exemplo. Corsaro e Molinari (2008) realizaram um estudo sobre as práticas de preparação das crianças para o ingresso no Ensino Fundamental a partir do último ano da Educação Infantil. Nesse sentido, Corsaro intitulou esse momento de eventos preparatórios.

Eventos preparatórios se referem às práticas culturais rotineiras de preparação de seus membros para futuras transições. No caso da formulação feita pelos autores, esses “eventos preparatórios”

[...] envolvem atividades em que as crianças, com sua própria ação, participam de forma ativa às mudanças em curso ou previstos em suas vidas.

Esses eventos são cruciais para a construção social de representações de aspectos temporais da vida das crianças (incluindo as transições importantes da vida), porque as representações sociais das crianças não estão apenas ligadas ao pensar sobre a vida social, mas sim de seus coletivos, atividades práticas com os outros (CORSARO; MOLINARI, 2008, p. 250) (tradução nossa).

No caso desta pesquisa, a ideia é a de considerar este conceito para analisar os eventos preparatórios envolvidos nos processos de transição da família para a creche, sofridos pelas mães, ou seja, a preparação das mães para a inserção de seus bebês na creche.

Diante da discussão de socialização é possível pensar a categoria pedagógica cuidar-educar como dimensão própria dos processos de socialização das crianças pequenas, pois o binômio cuidar-educar está presente na família quando se trata das crianças da primeira infância e na creche como categoria pedagógica. É importante, no entanto, saber como essa categoria é entendida neste trabalho, ou seja, expor as discussões que estão envolvidas em torno desse binômio para, então, apresentar a ideia de cuidado e educação de crianças pequenas.

No senso comum e nas práticas, o cuidado está ligado às atividades de higiene, alimentação e repouso, enquanto que a educação está ligada à transmissão de valores morais reconhecidamente positivos na sociedade, bem próximo do que se entende pela função da família de socializar suas crianças. No campo teórico, como será visto adiante, não existe esta divisão.

Estudos sobre a divisão de tarefas na família acerca de cuidar-educar crianças mostram a organização da família e de seus membros em torno dessas tarefas. A pesquisa de Wagner *et al.* (2005) analisa o exercício e a divisão de papéis de progenitores de crianças a partir dos seis anos acerca da criação e educação deles. O estudo aponta diferenças de gênero na tarefa de educar e cuidar. Vale ressaltar que a premissa é a de que a família é naturalmente responsável por essas funções e precisa organizar-se em torno dessas obrigações. Embora a pesquisa não tenha sido feita com progenitores de bebês, percebe-se que quanto mais nova for a criança, maior é o sentimento de responsabilidade das famílias sobre cuidar e educar.

A presente pesquisa defende que a responsabilização de educar e cuidar de crianças é exclusiva e natural à família, principalmente à consanguínea, como um ideal a ser atingido, é uma construção social. Rossetti-Ferreira, ao longo da sua trajetória acadêmica, tem investigado diferentes temáticas relacionadas à creche e, sobretudo, como crianças vivenciam outros espaços para além da relação diádica adulto-criança (DARAHM; SILVA; COSTA, 2009). A pesquisadora rompeu com apropriações reducionistas da teoria do apego e colaborou

para a elaboração do conceito de rede de significações, entendido como “o conjunto de fatores físicos, sociais, ideológicos e simbólicos que descrevemos anteriormente, como influenciando o processo de integração à creche” (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; VITÓRIA, 1996, p. 138).

Ao entender a família como instituição social ou organização social e por meio do conceito de arranjo doméstico, é possível extinguir a ideia de desestruturação com base apenas na composição familiar. Uma família constituída de casais homossexuais e filhos não pode ser vista como fadada ao insucesso, tendo em vista apenas essa diferenciação de constituição em relação ao padrão consanguíneo.

Nesse sentido, ao criticar a maneira inadequada de se entender as famílias, ou seja, o entendimento constante de que para ser uma família estruturada precisa necessariamente ser composta de pai, mãe e filhos consanguíneos, Goldani (1993) alerta para alguns equívocos prováveis de acontecer no Brasil contemporâneo. A autora analisa que as mudanças culturais, sociais e econômicas que o país vem enfrentando ao longo do século XX até os dias atuais, como queda na taxa de fecundidade e maior longevidade dos indivíduos, configuraram um quadro de parentes que necessitam de auxílio convivendo com as demais gerações. Dessa forma, as diversas composições familiares que podem existir estão ligadas às organizações sociais que os indivíduos constroem coletivamente para conseguirem auxiliar seus dependentes.

Paralelo a isso, a precariedade dos programas sociais faz com que as famílias tenham de assumir os cuidados de seus dependentes. Ou seja, na visão da autora, o Estado minimiza ao máximo a sua contribuição, assim, sobrecarregando a família e a comunidade no auxílio de seus dependentes. Essa ideia confirma o pensamento de que o cuidar-educar das crianças não é exclusivo à família, tampouco se configura como natural a ela.

O trabalho de Marcondes (2013) também analisou a corresponsabilização do Estado no cuidado, a partir das políticas de creches. A autora examina se existe de fato a corresponsabilização do Estado pelo cuidado, com base em três aspectos das políticas: a cobertura, o financiamento e a indivisibilidade da ação estatal com participação social. Sem entrar na dimensão política e nos resultados da pesquisa, fica claro que o texto da lei, seja na Constituição, seja nas diversas políticas de creches elaboradas pelo Estado, este se corresponsabiliza junto à família nos direitos de cuidado e educação das crianças.

Conquanto a discussão sobre cuidado e educação para além da família tenha avançado no sentido de desmistificar a noção negativa dessa prática, atualmente, ainda são encontrados trabalhos que insistem em maximizar os efeitos positivos do cuidado da criança na família

consanguínea em detrimento de outros espaços sem, necessariamente, analisar como se dá essa relação em ambas as instituições.

No manual de educação e cuidado em espaços extrafamiliares, denominado cuidado não parental, é perceptível como a família continua em primeiro lugar nessa tarefa. As demais opções aparecem como alternativas ao natural, que é a família. Exemplo disso é o conteúdo da Enciclopédia sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância (2011). Este documento elenca aspectos de qualidade dos cuidados não parentais, no entanto pode-se captar a ideia de que o cuidado externo à família é uma necessidade em contraposição ao ideal de naturalização do cuidado familiar.

Esse manual é totalmente baseado no conceito de cuidado não parental, que aparece logo em seu início (2011, p. 1):

Cuidado não parental pode ser definido como o atendimento prestado à criança em sua casa, na casa de outra pessoa ou em uma instituição, onde recebe cuidados e educação oferecidos por uma pessoa que não é membro de sua família imediata. Os programas de cuidados não parentais variam em termos de projeto, do local onde são desenvolvidos e de nível de qualidade.

De acordo com essa definição, um vizinho que cuida de uma criança em seu próprio lar configura cuidado não parental. No entanto, como citado anteriormente, o valor da família no estudo de Sarti (2011) vai muito além da consanguinidade e, no caso descrito, configuraria como cuidado parental.

O binômio cuidar-educar está incorporado nas legislações e, portanto, consolidado nesse campo como aspecto indissociável e inerente à Educação Infantil, diferenciando-se do Ensino Fundamental. Segundo Barbosa (2006), o binômio cuidar-educar é classificado como um dos grandes temas de sustentação de discursos políticos e técnicos sobre as pedagogias da Educação Infantil. Nesse sentido, é importante estudar como que esse tema tem sido desenvolvido.

O grande debate em torno desse tema é que, embora indissociáveis, essas duas concepções apresentam-se associadas a diferentes práticas. Afinal, o que seria cuidar? O que seria educar? Carvalho (2007) investiga as atuações de professores e professoras na Educação Infantil e percebe que o discurso deles em torno do que seria cuidar é única e exclusivamente atrelado às tarefas corporais das crianças. Além disso, existe certa resistência ao assumir que cuidam de crianças, mas sim educam crianças.

Ao significar o cuidado como aspecto ligado exclusivamente ao corpo, pode-se cair em um equívoco grave, o de separação do corpo e da mente em seres humanos. O cuidado,

então, passa a representar o corpo, enquanto que a educação, a mente. Ora, esse entendimento é incoerente com a ideia de desenvolvimento integral de crianças. Maranhão (2000, p. 118) define:

O cuidado, embora seja muitas vezes efetivado por procedimentos com o corpo e com o ambiente físico, expressa intenções, sentimentos, significados, de acordo com o contexto sociocultural. O cuidado tem muitos sentidos, e, dependendo do sentido que se atribui ao ato de cuidar e a sua finalidade, podemos enfatizar alguns aspectos do desenvolvimento humano em detrimento de outros. [...] Significa, portanto, atitudes e procedimentos que têm como objetivo atender às necessidades das crianças no seu processo de crescimento e desenvolvimento. Demanda, portanto, conhecimentos da área biológica e da área de humanas. Possui relação com a saúde e com a educação.

Portanto, como um binômio indissociável, educar e cuidar sugerem que não é possível separar as práticas e atitudes de cuidado que visam à educação, das práticas e procedimentos que visam à saúde.

Para considerar a discussão teórica sobre o binômio cuidar-educar, passa-se à análise das narrativas das mães para melhor entender o processo de preparação delas para a inserção de seus bebês na creche. O cuidado e a educação das crianças passaram a ser compartilhados por essas duas instituições e as mães relataram como se planejaram para o início dessa nova etapa.

5.2.1 *Eventos preparatórios nas narrativas das mães*

O processo de preparação de Alícia para a transição de seu bebê do ambiente familiar para a creche não foi linear porque a decisão pela creche não havia ocorrido desde o nascimento de Gabriel, mas sim após se decepcionar com a escolha anterior, ou seja, a permanência com a sogra. Alícia passou sete meses ao lado de seu filho, Gabriel, pois vinculou o tempo de licença maternidade com um mês de férias. Até o terceiro mês, aproximadamente, Alícia gostou de ficar exclusivamente com o seu filho em casa, mas, a partir desse momento, começou a sentir necessidade de sair, encontrar amigos e trabalhar. A amamentação foi exclusiva até três meses e meio, momento em que ficou grávida novamente de seu segundo filho, e seu corpo, então, deixou de produzir leite em função da nova gestação.

Alícia comentou que uma das razões para matricular Gabriel na creche foi que seu marido começou a acostumar-se com a ideia de ela ficar em casa cuidando exclusivamente do filho, mas Alícia nunca gostou desse trabalho e sentia necessidade de trabalhar fora de casa,

ter sua própria renda, etc. Juntamente a isso, durante a licença maternidade, Alícia teve de cumprir o estágio obrigatório de sua graduação, e o bebê começou a ficar com sua sogra, enquanto Alícia estudava. Foi com esses acontecimentos que Alícia começou a pensar em matricular Gabriel na creche.

A experiência com sua sogra não foi tão boa. Alícia reclamou da criação dela e afirmou que

“acabava deixando com a minha sogra, e quando eu ia buscar o Gabriel’ ele tava supermimado’ superchorão’ sabe’ é::: birren:to mesmo’ i::: inclusive foi até meu marido’ eu eu não notava’ mas eu eu’ sabe quando você não quer falar pra não chatear a pessoa’ né” mas o meu próprio marido falou’ não tá dando pra deixar com a minha mãe’ i: aí eu já não tava gostando muito da situação’ aí junto o bom’ né” com o agradável’ o útil ao agradável’ e::: e aí eu falei’ então tá bom’ então vamos procurar uma creche’ então na verdade eu já tava pensando’ só que eu eu tinha que esperar ele falar alguma coisa porque era da família dele’ né”.

Percebe-se que foi uma decisão conjunta com seu marido, mas que Alícia já estava pensando nisso antes de ele perceber o mesmo que ela. A partir dessa decisão, Alícia e seu marido começaram a buscar creches. Quando perguntada se havia considerado outras opções, Alícia afirmou que era contra o serviço de babás e que sentia mais segurança em creches, pois lá existem vários profissionais trabalhando em conjunto e se um falha, o outro corrige. Além disso, Alícia acredita que a criança tem de crescer com outras crianças e não só com adultos.

Quando começou a pesquisar creches, realizou visitas em algumas e recebeu a indicação daquela que seu filho está matriculado atualmente. Gabriel recebeu alimentação, além do leite materno, aos três meses e meio, por conta da nova gestação de sua mãe, como já referido. A preparação de Alícia para a transição de Gabriel limitou-se à pesquisa de instituições que apresentassem alguns critérios como localização próxima ao trabalho, preço acessível, possibilidade de seu filho tomar mamadeira, cozinha higiênica e limpa, local organizado com ambientes diferentes destinados à alimentação, brincadeiras e descanso das crianças. No que diz respeito à sua preparação emocional, Alícia não sentiu muita dificuldade, na realidade, estava aliviada de trocar sua decisão da sogra para a creche e de retornar ao trabalho.

Já no caso de Laís, os acontecimentos foram bem diferentes. Sua licença durou apenas quatro meses e sua decisão pela creche já havia sido tomada, antes mesmo de sua filha, Vitória, nascer. Isso se deu em face de Laís já possuir excelente experiência com creche

adquirida com o seu primeiro filho. A dúvida que ficou em sua mente foi a de que seu filho começou a frequentar creche apenas após um ano, enquanto que a sua filha começaria a partir dos quatro meses.

O que chamou a atenção na narrativa de Laís foi que, em alguns momentos, ela se mostrava bastante decidida em relação à decisão pela creche, mas, em outros, afirmava que só matriculou sua filha por necessidade de trabalhar, ainda que o ideal fosse permanecer com ela o máximo de tempo possível. Ela não teve alternativa que não a de permanecer com sua filha ou matriculá-la na creche. Quando perguntada sobre outras possibilidades, Laís respondeu que prefere pessoas trabalhando em grupo para cuidar de crianças, em vez de uma só contratada para trabalhar em casa. Além disso, argumentou que não dispunha de nenhum familiar e que a opção pela creche foi facilmente aceita.

Sobre a possibilidade de algum familiar permanecer com Vitória, caso ela dispusesse dessa opção, Laís afirmou que deixaria apenas meio período e que no outro ficaria na creche. Em seu momento de preparação para a creche, Laís aproveitou suas pesquisas anteriores com seu outro filho, Artur, para decidir sobre qual creche deixar Vitória. Ou seja, ela não visitou nenhuma outra e a matriculou diretamente na instituição atual. Artur e Vitória chegaram a permanecer durante seis meses na mesma instituição, mas, depois, Artur foi para a instituição onde sua mãe trabalha.

Sua decisão e preparação para matricular Vitória na creche, aparentemente, foram mais fáceis que a decisão de Alícia, mas é interessante observar que, nas narrativas, Alícia parecia mais segura e firme de sua decisão, enquanto que Laís demonstrava ainda sofrer com a separação, por manter o pensamento de que o ideal seria o de permanecer com sua filha mais tempo. Laís também apresenta alguns pensamentos sobre instinto materno e acredita que a mãe é que, de fato, precisa cuidar de crianças pequenas, enquanto que os pais ou outros adultos apresentam naturalmente maior desprendimento.

Passado o período de preparação, chega-se ao momento da inserção do bebê. A inserção na creche é o momento delicado de adaptação da criança ao novo ambiente e que ganhou grande importância no panorama internacional na tentativa de criar uma “continuidade emotiva” entre família e creche. Para Bondioli e Mantovani (1998, p. 173):

As objeções em relação à creche, ainda existentes em nome do perigo de um trauma de separação, revelaram-se sem fundamento científico, mas estimularam o emprego de uma grande delicadeza e a realização de análises atentas do processo de inserção, até torná-lo a primeira experiência educacional, uma coluna peculiaríssima sobre a qual se sustenta esta instituição também peculiar que diferentemente de outro espaço dedicado à

criança, apresenta-se como lugar de encontro e rede de relações complexas, nas quais os problemas e os comportamentos dos adultos também são tão importantes e dignos de atenções quanto os da criança.

Percebe-se que, ainda que esta obra tenha sido originalmente publicada em 1995, há quase 20 anos, a temática discutida permanece atual, principalmente no Brasil, que dispõe de poucas crianças matriculadas em creches. O grande avanço na discussão se deu no sentido de tratar o momento de inserção com atenção para que se mantenha a continuidade emotiva tanto dos bebês quanto dos adultos envolvidos nessa interação. Isso porque a literatura sobre separação da díade mãe-bebê, sobretudo nas obras de Bowlby (1984), trata de separações totais, sem planejamento, introduzindo o bebê em ambiente desconhecido, sem adultos de referência e submetendo-o a acontecimentos desagradáveis, como, por exemplo, em ambientes hospitalares com a realização de exames, etc.

A separação ocorrida em creches em nada se parece com o que foi descrito acima. Trata-se de separações temporárias, parciais, inserindo os bebês em ambientes gradualmente conhecidos, com adultos de referência e rotina estabelecida, em ambientes acolhedores, sem intervenções desagradáveis como acontece em hospitais.

Com essa discussão como referência, é necessário analisar o que as mães pensam sobre esse momento. Após a preparação delas próprias para esse evento, com a finalidade de proporcionar momentos de socialização para suas crianças, elas se depararam com a inserção de seus bebês nas creches. Vale lembrar que a mudança envolve diversos atores e não só os bebês. A família participa desse processo e também os profissionais da creche envolvidos no cuidado e na educação das crianças. Afinal, é um momento novo para todos que dele fazem parte.

Não é raro ouvir mães relatarem que foi muito mais difícil para elas e para suas famílias deixar seus bebês pela primeira vez em creches que para os próprios bebês. A dor da separação de mães de bebês de turmas iniciais de creche parece estar mais ligada aos adultos que às crianças. Para Alícia, a inserção de seu filho foi tranquila e a adaptação dele foi instantânea. Nas palavras de Alícia,

“na verdade’ a adaptação do Gabriel na creche foi instantânea, a gente enfiou ele lá’ ele começo a brincar’ não chorou’ é::: eu cheguei a ficar uma meia hora na porta da sala’ olhando ele’ que ele já tava interagindo com todo mundo’ ele nem notou minha ausência’ então a a adaptação dele [...] a adaptação dele foi, instantânea/ só que a adaptação DAS tias com ele’ teve que ser trabalhado, porque ele já chegou aqui sabendo dormir sozinho, sabendo fazer algumas coisas assim que:: com uma certa independência que as tias, que as tias não estavam acostumados com outras crianças e acabavam

inventando manias que outras crianças tinham queriam colocar mania nele/ então' EU que tive que que trabalhar com as tias, falar olha' não faça isso' porque ele já faz isso sozinho, né'' a questão de dormir balançando, é::: é é a coisa que mais pegou aqui foi questão de dormir' realmente, o Gabriel já chegou dormindo NO BERÇO' não dormia no colo' não dormia em cadeirinha ' não dormia no carrinho' e as tias queriam acostumar ele no colo' no carrinho balançando' na cadeirinha balançando' e eu falei' por favor' não faça isso senão vocês vão me dar trabalho em casa, que de fato' elas tavam fazendo aqui e em casa começou a me dar muito trabalho, então' na verdade' quem eu tive que acostumar foram as tias' não fui eu nem o Gabriel''

Para Alícia, a adaptação mais difícil foi dos profissionais que estavam trabalhando diretamente com seu filho. Por ela e pela criança, não houve problemas. Vale ressaltar que a instituição possui um projeto de adaptação com duração de uma semana e é feita inteiramente com a participação dos pais no período em que acharem adequada a permanência da criança na creche. Ou seja, se preferirem permanecer uma hora e irem embora, é possível. Assim como, também, é possível ficar com a criança apenas trinta minutos e a levarem de volta para casa. Esta semana é bem flexível e pode se estender de acordo com as necessidades de cada criança/família. Há liberdade também de a mãe que continua amamentando visitar a creche quantas vezes achar necessário para amamentar seu filho.

Outra narrativa que chamou a atenção foi a de que seu marido, no período de adaptação do bebê na creche, começou a questionar-se sobre a decisão feita pelo casal. Como antes a criança permanecia sob os cuidados de sua mãe, o marido resolveu conversar com Alícia, mas ela se manteve firme na decisão e nunca questionou-se a respeito. Portanto o período de adaptação teve mais problemas com os profissionais da instituição e com seu marido, na visão de Alícia. Para a mãe,

“pra mim' foi que eu já tinha ficando a minha licença maternidade sete meses com ele em casa' e que eu já tava com aquela agoni::a de voltar pra minha rotina normal' pra mim foi ótimo' eu achava aqui um paraíso/ meu marido já ficava preocupado' ele já ficava querendo aparecer aqui de vez em quando' ver se ele tava bem / tanto que eu cheguei a aparecer aqui uma vez ou outra' assim na hora do almoço' tal pra ver se tava tudo certinho' né'' que a gente às vezes tem que fazer isso pra ver se é::: durante o dia () se tá tudo bem nosso filho' né'' por mais que a gente tem pelo filho vai ver que num dia que aquele sentido de mãe te teste e fale não'' aparece lá na creche e ver se tem alguma coisa errada, né''/ e::: aí quando eu aparecia ele já ficava' e aí'' como é que o Gabriel está'' tudo bem'' ele tava chorando'' então eu acho que a preocupação DELE ' era maior' né'' porque a preferência dele' do André' era que o Gabriel ficasse comigo/ ele sabe' poxa é MÃE nunca vai maltratar o filho, né'' (++) é:::só que pra mim' eu já achava ótimo' eu queria eu quero mais é que ele continue mesmo' não quero largar emprego' não quero fazer nada pra::: a não ser que ele venha' sei lá' a ter uma necessidade especial'

né” , deus me livre’ sei lá’ mas vai ver que necessite de alguma coisa mais exclusiva minha’ aí tudo bem’ lógico que eu deixo o meu emprego, mas ()sendo uma criança sadi::a’ Intelige::nte, etc tal’ eu quero mais que ele continue.”

É interessante notar como que, de fato, todos estão envolvidos nesse processo de adaptação e que, muitas vezes, o trabalho da instituição precisa estar preparado para a dificuldade dos responsáveis pelas crianças, antes mesmo delas próprias.

Já Laís passava por uma experiência diferente, pois não era a sua primeira experiência e muitas dúvidas já haviam sido sanadas em momentos anteriores. Com sua filha, o processo foi mais tranquilo ainda, até porque foi na mesma instituição, ambiente conhecido para os responsáveis. No entanto, Laís relata que sua adaptação foi mais difícil do que de Vitória. Quando perguntada sobre o período de adaptação, Laís respondeu

“bom’ a DELA foi mais fácil do que a MINHA ((risos)) eu acho que a gente sempre sofre mais do que o bebê’ é claro/ o bebê: vê que está em outro ambiente’ com outras pessoas’ mas: o dela (+) eu considerei que foi relativamente’ rápido”

Laís viveu uma experiência diferente também porque trabalha em empresa privada e só dispôs de quatro meses de licença-maternidade. Até o sexto mês da criança, ela tem o direito de tirar uma hora a mais de almoço para amamentar. Laís usava esse momento para passar mais tempo com sua filha, além de amamentá-la. Além disso, no início, Laís tentava deixá-la na creche o mais tarde possível e buscá-la o mais cedo possível. A mãe afirmou que a adaptação do bebê foi tranquila e que deve ter demorado aproximadamente duas semanas. No entanto, quando perguntada sobre sua adaptação, Laís afirmou

“é’ eu eu na primeira semana’ eu chorei na primeira semana inteira ((risos)) lembro que quando eu voltei aqui’ eu de cara já encontrei o meu chefe e aí ele’ / que bom que você está de volta’/ aí eu abracei ele e comecei a chorar/ e eu’ eu quero minha fi::lha [...]eu fiquei essa semana’ sem:pré chorava’ eu lembrava dela ‘ a falta dela e aí chorava”.

Diante desse relato, perguntei-lhe o motivo do seu choro e ela respondeu-me que era

“de saudade’ era de saudade’ porque o tempo todo eu fiquei por conta dela’ quatro meses:: (+) vinte e quatro horas por dia’ sete dia por semana ao lado dela’ e:: ficava com saudade’ né” queria é::”

Portanto, para Laís, a maior dificuldade foi sua de lidar com a inserção de seu bebê na creche. A mãe também comentou sobre outros familiares, mas todos apoiaram sua decisão.

Sobre a adaptação dos profissionais, Laís reconheceu que eles também estão passando por esse momento, mas demonstrou inteira confiança na equipe e afirmou estarem muito bem preparados para aquele momento, sem mostrar nenhuma dificuldade ao processo.

Alícia apresenta visão bastante diferente de Laís no que diz respeito à inserção de seu filho na creche. Para ela, os que mais tiveram dificuldade de se adaptar foram os profissionais na instituição e os familiares paternos de Gabriel. Já para Laís, a dificuldade maior foi a sua própria, enquanto que o restante dos envolvidos apoiava bastante a sua decisão e Vitória não apresentou dificuldades de adaptação ao novo ambiente, mesmo que tendo passado por momentos de separação ainda com quatro meses de idade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desta dissertação foi o de descrever e interpretar narrativas de mães sobre os processos de transição de seus bebês do contexto familiar para a creche. A pesquisa foi conduzida com duas mães que matricularam seus filhos na creche em 2013, quando ainda estavam no seu primeiro ano de vida. Após a realização de quatro entrevistas, duas com cada mãe, com as temáticas família e creche e a utilização da estratégia de foto-elicitação, foram elaboradas duas categorias de análise para a compreensão dos processos de transição, quais sejam: socialização e eventos preparatórios para a inserção na creche.

Tendo como base as estratégias de análise de Luker (2010), este estudo buscou o reconhecimento de padrões nas narrativas das mães entrevistadas com o intuito de interpretar suas afirmações a respeito dos processos de transição de seus bebês. Vale ressaltar que, durante esse trabalho, outros atores foram envolvidos nas narrativas e percebeu-se que esses momentos não representaram transição apenas para os bebês.

Este texto parte da ideia de que família e creche são instituições sociais, as quais representam os primeiros contatos de bebês com um conjunto de regras, valores e normas reconhecidamente importantes na sociedade, que organizam suas vidas. A família, entendida com a ideia de arranjo familiar, é concebida a partir de suas funções sociais, a de educar e socializar suas crianças. A creche, instituição educativa de crianças de zero a três anos, dever do Estado, direito da criança e opção da família, mostra sua importância ao não ser obrigatória, mas com um crescente número de matrículas a cada ano.

A partir desses pressupostos e da lacuna de estudos existente a respeito de processos de transição da família para a creche, duas categorias explicativas foram construídas para a compreensão desses processos, de modo a possibilitar inferências acerca das narrativas das mães sobre o objeto de estudo em questão. São elas: socialização e eventos preparatórios para a inserção na creche.

Socialização foi consolidada como uma categoria de análise em virtude de representar, para as mães, o motivo principal pela decisão de matricular seus filhos na creche. Esta se mostrou como vantagem, diferencial, especificidade da creche em benefício às crianças nas narrativas das mães. Esse motivo acarretou a decisão pela creche quando comparado a outras maneiras de compartilhar a educação e o cuidado das crianças. É nesse sentido que socialização foi incorporada ao campo de análise desta dissertação, por fazer parte dos

processos de transição ocorridos na família, desde a tomada de decisão até a inserção na creche.

No campo teórico, parte-se da ideia de que socialização é um conceito que sofreu diversas transformações no campo da sociologia, mas que, além de se referir ao processo contínuo de integração do indivíduo à sociedade, também, faz parte das atribuições de instituições sociais específicas, como família e creche, quando se refere à educação de crianças pequenas. Além disso, a socialização é entendida como um processo permanente ao longo da vida, e que tanto adultos quanto crianças ressignificam os aprendizados que recebem, tendo atitudes ativas diante das informações e vivências, assim, tornando o processo uma via de mão dupla. Além disso, uma literatura cada vez mais avolumada no campo dos estudos da infância tem posicionado a criança como sujeito ativo de sua socialização (CORSARO, 1997; JENKS, 2002; JAMES; PROUT, 2010).

No campo empírico, a concepção das mães em muito se assemelha ao entendimento de que socialização é a convivência e interação com outras pessoas além da família nuclear, principalmente com pessoas desconhecidas e que não fazem parte do círculo social com o qual a criança convive. Para Alícia, socialização vai além da convivência com outras pessoas além da família, pois acredita que a educação do bebê depende da interação com outras crianças, o que, às vezes, é tratado como “imitação”. Para Laís, socialização diz respeito à inserção da criança na sociedade, além de ser uma importante ferramenta de formação de personalidade e caráter. Portanto, a diferença principal diz respeito à relação com o desenvolvimento de sua criança, para Alícia, e aprendizado para sua inserção na sociedade e convivência em grupos, para Laís.

Eventos preparatórios para a inserção referem-se aos momentos de preparação vivenciados pelas mães para a inserção de seus bebês na creche. Nesta categoria, está presente a ideia de que a transição não envolve apenas o bebê, mas diversos atores que com ele se relacionam, a exemplo da família e dos profissionais da instituição que o recebem. Além disso, a inserção na creche se mostrou como um momento mais complicado para as mães do que para os bebês.

Eventos preparatórios se tornaram categoria deste trabalho porque as mães insistentemente retomavam os seus momentos de preparação para a inserção de seus bebês na creche. Foi observado que muitos acontecimentos, reflexões e preparações foram realizados para que esse momento ocorresse. Vale ressaltar que o processo de preparação foi trabalhoso tanto para as mães quanto para os profissionais que receberam as crianças na instituição, visto

que o momento anterior à inserção envolveu reflexões e planejamento constantes por parte dos adultos. A adaptação aconteceu com todos os envolvidos na transição.

No campo teórico, parte-se do conceito de que eventos preparatórios referem-se àquelas atividades rotineiras que os indivíduos realizam para vivenciar momentos de transição no futuro. Os estudos sobre esse tema estão relacionados geralmente a transições escolares, de um ciclo para outro, como no caso da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Neste trabalho, o intuito foi o de transpor essa ideia para a transição da família para a creche, já que ambas são instituições sociais importantes para as crianças pequenas e que estudos nesse sentido ainda são escassos.

Nesse contexto, a categoria pedagógica cuidar-educar foi incluída na discussão teórica porque esse binômio permeia os processos de socialização tanto da família quanto da creche. Tal binômio é entendido como indissociável, ou seja, em ambas as instituições sociais, cuidar e educar fazem parte da rotina das crianças pequenas e não se excluem. Cuida-se e educa-se ao mesmo tempo, sem que haja separação entre essas duas ações com as crianças.

No campo empírico, identificou-se que o momento de transição para o bebê e a dificuldade das mães centraram-se no compartilhamento do cuidado e educação das crianças com outra instituição, a creche. Nessa categoria, as experiências das mães se diferenciaram significativamente tanto em seus eventos preparatórios quanto no momento da inserção de seus bebês na creche. Para Alícia, a busca de uma creche para o seu bebê foi cansativa, por demandar uma lista de aspectos a serem avaliados em cada uma e porque a família de seu marido era contra sua decisão. Já para Laís, a decisão havia sido tomada desde antes de seu bebê nascer, pois a experiência com o primeiro filho havia gerado uma boa avaliação por ela, que quis repetir com a nova criança. No entanto mostra-se curioso que Alícia demonstrava alívio e firmeza em sua decisão pela creche mesmo no momento em que seu filho foi inserido, enquanto Laís mostrou-se insegura e apresentou sinais de indecisão sobre o que seria ideal para sua filha.

É importante ressaltar que, para as duas mães entrevistadas, a creche em momento algum foi avaliada como um “mal necessário” ou como uma “falta de opção” diante das condições financeiras, econômicas e emocionais das famílias. A creche é vista como uma instituição educativa de crianças pequenas e que nela muito se aprende em virtude de ser um espaço coletivo de educação. Isso mostra que as ideias apresentadas nas entrevistas sobre creche em muito se assemelham aos avanços dos documentos normatizadores específicos dessa instituição, como a LDB. Ademais, a opção pela creche possibilitou que a mãe pudesse

retornar às suas atividades rotineiras de antes da gestação, sem que isso impusesse algum tipo de desconforto para as mães.

Por fim, a partir do que foi exposto neste trabalho, muitos são os estudos que podem fazer parte de novos projetos de pesquisa. Esta dissertação interpretou narrativas de mães sobre a transição de crianças pequenas, mas ainda caberiam outros estudos a respeito da inserção do bebê a partir de sua própria perspectiva. Pesquisas com bebês têm sido cada vez mais amplas e observá-los mostrou-se relevante, um importante aspecto a ser considerado a partir da presente pesquisa, diante da narrativa das mães no tocante à adaptação deles na creche. Para as mães, a adaptação “mais fácil” foi a de suas crianças, enquanto que os demais envolvidos passaram por dificuldades. Qual, então, seria o impacto de uma afirmação dessas com o olhar do pesquisador focado na criança? O que dizer da teoria do apego se fossem observadas inserções de crianças em creches com e sem dificuldades? São essas algumas questões que podem ser exploradas em novos estudos, com o intuito de complementar a temática desenvolvida na presente dissertação.

REFERÊNCIAS

- SILVA, L. de. A. **O uso do tempo para/pelos bebês**. Projeto de Pesquisa (Qualificação de Mestrado). Brasília: UnB, 2014.
- AMORIM, K. D. S.; VITORIA, T.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. Rede de significações: perspectiva para análise da inserção de bebês na creche. **Cadernos de Pesquisa**, v. n. 109, p. 115-144, 2000.
- ANTONIO, C. M. de A. **O que dizem os números sobre as crianças matriculadas nas Creches brasileiras (2007 / 2011)**. Dissertação (Mestrado). Brasília: UnB, 2013.
- ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- BANKS, M. **Dados visuais para pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BARBOSA, B. *et al.* Fatores de risco associados ao desmame precoce e ao período de desmame em lactentes matriculados em creches. **Rev Paul Pediatr**, v. 27 (3), p. 272-81, 2009.
- BARBOSA, M. C. S. A rotina nas pedagogias da educação infantil: dos binarismos à complexidade. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 1, p. 56-69, Jan/Jun 2006.
- BARBOSA, M. C. S. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BHERING, E.; NEZ, T. B. D. Envolvimento de pais em creche: possibilidades e dificuldades de parceria. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 18, n. 1, p. 63-73, 2002.
- BÓGUS, C. M. *et al.* Cuidados oferecidos pelas creches: percepções de mães e educadoras. **Revista de nutrição**, v. 20, (5), p. 499-514, set-out 2007.
- BONDIOLI, A.; MANTOVANI, S. **Manual de educação infantil: de 0 a 3 anos**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- BOURDIEU, P. **Un arte medio: ensayo sobre los usos sociales de la fotografía**. Barcelona: FotoGGrafía, 2003.
- BOWLBY, J. **Apego**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988**. Contém as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Ministério da Educação e Cultura. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Brasília, DF, 1996.

CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F.; FERREIRA, I. M. **Creches e Pré-escolas no Brasil**. São Paulo: Cortez; Fundação Carlos Chagas, 1995.

CANO, I. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, p. 94-119, set/dez 2012.

CARVALHO, A. F. D.; MÜLLER, F. Ética nas pesquisas com crianças: uma problematização necessária. In: MÜLLER, F. (Org.). **Infância em perspectiva: políticas, pesquisas e instituições**. São Paulo: Cortez, 2010.

CLARK-IBÁÑEZ, M. Framing the Social World With Photo-Elicitation Interviews. **American Behavioral Scientist**, v. 47, n. 12, p. 1507-1527, 2004.

COOPER, D. **A morte da família**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CORSARO, W. A. **The sociology of childhood**. California: Pine Forge Press, 1997. 384 p.

CORSARO, W. A.; MOLINARI, L. Policy and Practice in Italian Children's: Transition from Preschool to Elementary School. **Research in Comparative and International Education**, v. 3, n. 3, 2008.

COUTINHO, Â. M. S. **A ação social dos bebês: um estudo etnográfico no contexto da creche**. Universidade do Minho. Braga, p. 291. 2010.

CREPALDI, M. A. *et al.* A participação do pai nos cuidados da criança, segundo a concepção de mães. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 579-587, 2006.

DAHLBERG, G.; MOSS, P.; PENCE, A. **Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

DARAHM, C.; SILVA, A. P. S. D.; COSTA, N. R. D. A. Da teoria do apego à Rede de Significações: Maria Clotilde Rossetti-Ferreira e a psicologia do desenvolvimento brasileira. **Temas em Psicologia**, v. 17, n. 1, p. 191-201, 2009.

DEMO, P. Cuidado metodológico: signo crucial da qualidade. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 17, n. 2, p. 349-373, jul-dez 2002.

DURKHEIM, É. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ELKIN, F. **A criança e a sociedade**. Rio de Janeiro: Block Editores, 1968.

ENFANTS, Jeunes. **Enciclopédia sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância** (2011). Disponível em: <<http://www.encyclopedia-crianca.com/>>. Acesso em 13/11/2013.

ENTWISLE, D. R.; ALEXANDER, K. L. Entry into school: The beginning school transition and educational stratification in the United States. **Annual Review of Sociology**, v. 19, p. 401-423, 1993.

ESTEVES, M. R. *et al.* Influências das relações intrafamiliares no comportamento de crianças que frequentam creches públicas de Alfenas. **Rev. Gaúcha Enferm.**, v. 33, (3), p. 97-103, 2012.

FARIAS, R. N. P. **Infâncias em Brasília: o mapa da cidade o mapa da mina**. Projeto de Pesquisa (Qualificação de Mestrado). Brasília: UnB, 2013.

FONSECA, C. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**, 14, n. 2, 2005. 50-59.

FURTADO, M. A. **Concepções de creche em periódicos acadêmicos nacionais A1 e A2 da área de educação**. Dissertação (Mestrado). Brasília: UnB, 2014.

GEORGE, L. K. Sociological perspectives on life transitions. **Annual Review of Sociology**, v. 19, p. 353-373, 1993.

GIDDENS, A. **Sociologia**. Porto Alegre: Penso, 2012.

GOLDANI, A. M. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **Cad. PAGU**, v. v. 1, p. 68-110, 1993.

GOLDANI, A. M. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 91, Novembro 1994. 7-22.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, A. P. P. **Diálogos entre creche e família no cuidado-educação de crianças pequenas**. Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos. 2011.

GRIEBEL, W.; NIESEL, R. **From Kindergarten to school: A transition for the family**. EECERA 9th European Conference on quality in early childhood education "Quality in early childhood education - How does early education lead to lifelong learning?" Helsinki, Finland: [s.n.]. 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2011.

JAMES, A.; JENKS, C.; PROUT, A. **Theorizing Childhood**. Cambridge: Polity Press, 2010.

JAMES, A.; PROUT, A. **Constructing and reconstructing childhood**: contemporary issues in the sociological study of childhood. New York: Routledge, 2010.

JENKS, C. **Childhood**. New York: Taylor & Francis e-Lybrary, 2002.

JOHNSON, A. G. **Dicionário de sociologia**: guia prático de linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

KAFRUNI, S. Creche lucra com babás mais caras. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 8, 11 ago. 2013.

LAHIRE, B. **Retratos sociológicos**: disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LAREAU, A. **Unequal childhoods**: class, race and family life. California: University of California Press, 2011.

LEITE, M. M. **Retratos de família**: leitura da fotografia histórica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, v. 9, 1993.

LUKER, K. **Salsa dancing into the social sciences**: research in an age of info-glut. Cambridge: Harvard University Press, 2010.

MARANHÃO, D. G. O cuidado como elo entre saúde e educação. **Cadernos de Pesquisa**, v. n. 111, p. 115-133, 2000.

MARANHÃO, D. G.; SARTI, A. Cuidado compartilhado: negociações entre famílias e profissionais em uma creche. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v. 11, n. 22, 2007. p. 257-270.

MARANHÃO, D. G.; SARTI, A. Creche e família: uma parceria necessária. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 133, p. 171-194, jan./abr. 2008.

MARCHI, R. D. C. As teorias da socialização e o novo paradigma para os estudos sociais da infância. **Educação & Realidade**, v. 34 (1), p. 227-246, jan-abr 2009.

MARCONDES, M. M. **A corresponsabilização do Estado pelo cuidado**: uma análise sobre a Política de Creches do PAC-2 na perspectiva da divisão sexual do trabalho. Universidade de Brasília. Brasília, p. 172. 2013.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação**. 5^a. ed. São Paulo: Editora Ática, 2006.

MELCHIORI, L. E. *et al.* Família e Creche: Crenças a Respeito de Temperamento e Desempenho de Bebês. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Bauru, v. 23, n. 3, 2007. p. 245-252.

- MRAZ, John. **Família e fotografia**. O olho da história, www.oolhodahistoria.ufba.br, ed. nº 7, 2005.
- NELSON, R. F. The transition to kindergarten. **Early Childhood Education Journal**, v. 32, n. 3, p. 187-190, 2004.
- NERI, M. C. **De volta ao país do futuro: crise europeia, projeções e a nova classe média**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2012. Disponível em: <<http://www.cps.fgv.br/cps/ncm2014/>>. Acesso em: 10 Janeiro 2014.
- PANIAGUA, G.; PALACIOS, J. **Educação infantil: resposta educativa à diversidade**. Porto Alegre : Artmed, 2007.
- PETRINI, J. C. Mudanças sociais e mudanças familiares. In: PETRINI, J. C.; CAVALCANTI, V. R. S. (Orgs.). **Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 29-53.
- POSTER, M. **Teoria crítica da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- PROUT, A. Participação, políticas e condições da infância em mudança. In: MÜLLER, F. **Infância em perspectiva: políticas, pesquisas e instituições**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 21-41.
- RAPOPORT, A.; PICCININI, C. A. O ingresso e adaptação de bebês e crianças pequenas à creche: alguns aspectos críticos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 14 (1), p. 81-95, 2001.
- RAPOPORT, A.; PICCININI, C. A. A escolha do cuidado alternativo para o bebê e a criança pequena. **Estudos de Psicologia**, v. 9 (3), p. 497-503, 2004.
- RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A. C. T. Família em processos contemporâneos: uma introdução. In: RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A. C. T. (Orgs.). **Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Loyola, 1995. p. 13-20.
- ROSA, M. V. D. F. P. C.; ARNOLDI, M. A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- ROSEMBERG, F. Creches: participação ou auto-assistencialismo comunitário? **Revista da ANDE**, São Paulo, v. n. 2, 1980.
- ROSEMBERG, F. Creches domiciliares: argumentos ou falácias? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. n. 56, p. 73-81, 1986.
- ROSEMBERG, F. A criação de filhos pequenos: tendências e ambiguidades contemporâneas. In: RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A. C. T. (Orgs.). **Família em processos contemporâneos: Inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Loyola, 1995. p. 167-190.

ROSEMBERG, F. A criação de filhos pequenos: tendências e ambiguidades contemporâneas. In: RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A. C. T. (Orgs.). **Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Loyola, 1995. p. 167-190.

ROSEMBERG, F. Organizações multilaterais, Estado e políticas de Educação Infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. n. 115, p. 25-63, mar 2002.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; AMORIM, K.; VITÓRIA, T. creche, Emergência de novos significados durante o processo de adaptação de bebês à. **Coletâneas da ANPEPP**, 4, 1996. 111-143.

SARTI, C. A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, A. A. F. da. **Panorama quantitativo e qualitativo das teses na área de Educação sobre a creche (2007 a 2011)**. Dissertação (Mestrado). Brasília: UnB, 2014.

SIMMEL, G. **Soziologie: Untersuchungen über die Formen der vergesellschaftung**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1992.

SINGLY, F. D. **Sociologia da família contemporânea**. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2010.

SPINK, P. K. Ética na pesquisa científica. **GV Executivo**, v. 11, n. 1, p. 38-41, 2012.

VASCONCELOS, C. R. F. E. *et al.* A Incompletude como Virtude: interação de Bebês na Creche. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 16 (2), p. 293-301, 2003.

WAGNER, A. *et al.* Compartilhar tarefas? Papeis e funções de pai e mãe na família contemporânea. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 21, n. 2, p. 181-186, 2005.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE O TEMA FAMÍLIA

Questão principal

- Quais as razões que levaram sua família a matricular seu filho na creche?

Temática	Questões norteadoras
Arranjo familiar	<ul style="list-style-type: none"> • A partir das fotos, você poderia me falar sobre a sua família? • Quem são essas pessoas? Que idades têm? Que escolaridade/formação/profissão têm? • Onde moram? Trabalham? Que outros locais frequentam? • Vocês têm alguma religião? • Em que momentos foram tiradas essas fotos? • Que lugares são esses? • Existem outros familiares que moram próximos? • Por que você escolheu essas fotos? • A família é importante para você? Em que sentido? • O filho da creche é único? Se não, qual a posição dele na ordem de filhos?
Atividade profissional dos familiares	<ul style="list-style-type: none"> • Você me disse que realiza ... atividade profissional, onde ela é feita? Próximo à residência? • Tirou licença-maternidade? • Se sim, considera que o tempo foi suficiente? • Houve licença-paternidade? O que sabe sobre isso?
Decisão pela creche	<ul style="list-style-type: none"> • Quando vocês optaram pela creche, essa decisão foi tomada em conjunto com a família ou só por você (responsável pela criança)? • Você conversou com outra pessoa a respeito fora da esfera familiar? Como foi esse processo? • Caso tivessem a família à disposição para cuidar das crianças ou qualquer alternativa, vocês as levariam mesmo assim para a creche? • Essa escolha pela creche é apenas pessoal ou você recomendaria a outros pais?

Responsabilidade pela criança	<ul style="list-style-type: none"> • Quem é considerado o responsável pela criança? • Para você, de quem é a responsabilidade de cuidar/educar da sua criança?
Educação e cuidado de crianças na família	<ul style="list-style-type: none"> • Faria algo diferente ao seu filho da educação e do cuidado que recebeu? • Você acha que a educação que recebeu influencia no que pensa sobre educação hoje em dia? • Qual o ideal de criação de crianças em sua opinião? Em que espaços elas deveriam ser educadas e cuidadas?
Fechamento	<ul style="list-style-type: none"> • Nós discutimos muitos assuntos interessantes, há algo mais que você gostaria de falar? • O que você achou da entrevista? • Existe alguma pergunta que você estava esperando, mas que eu não fiz?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE O TEMA CRECHE

Questão principal

- Quais as razões que levaram sua família a matricular seu filho na creche?

Temática	Questões norteadoras
Opções de cuidado e educação de crianças	<ul style="list-style-type: none"> • Você pensou em alternativas para compartilhar a educação e o cuidado do seu bebê, além da creche? • Se sim, por que não optou por elas?
Critérios para a escolha da creche	<ul style="list-style-type: none"> • Além da creche que o seu filho está matriculado, você conhece mais alguma? • Comparou com outras creches? Visitou outras creches? • Quando fez a escolha por esta, quais aspectos você levou em consideração? • O que você acha que uma creche deve oferecer para que ela atenda as suas expectativas? • De forma geral, o que é uma creche de boa qualidade para você? E uma creche ruim?
Adaptação na creche	<ul style="list-style-type: none"> • Como foi o início, a adaptação do bebê e da família na creche? • Houve resistência por parte de outros familiares na escolha pela creche?
Rotina na família x rotina na creche	<ul style="list-style-type: none"> • Quais as semelhanças e as diferenças da rotina do seu bebê na creche e na família? • Encontra vantagens e desvantagens em cada uma delas? • Você acha que a responsabilidade de cuidar e educar crianças é de quem?
Características da creche	<ul style="list-style-type: none"> • Você conhece outras turmas desta creche? Se sim, quais as diferenças em relação ao berçário? • Você sabe quantos profissionais atendem no berçário? O que você acha dessa quantidade criança/profissional? • Você conhece outras famílias da turma do seu filho?
Diferencial da creche	<ul style="list-style-type: none"> • Qual o diferencial da creche em sua opinião? • Você levou em conta esse diferencial na hora da tomada de decisão ou só conheceu de fato após matricular seu filho? • Você acha importante para o seu filho frequentar creche? E para a sua família?

Creche pública x creche privada ¹⁰	<ul style="list-style-type: none"> • Você tem conhecimento de creches públicas? • Na sua opinião, existem diferenças entre creche pública e privada? • Colocaria seu filho em alguma creche pública? • Você acha que existem diferenças entre os bebês que frequentam creche pública e privada?
Oferta de creche	<ul style="list-style-type: none"> • Você acredita que deveria haver creche para todas as crianças? • Se sim, por quê?
Fechamento	<ul style="list-style-type: none"> • Nós discutimos muitos assuntos interessantes, há algo mais que você gostaria de falar? • O que você achou da entrevista? • Existe alguma pergunta que você estava esperando, mas que eu não fiz?

¹⁰ Em alguns momentos, as perguntas deste tópico foram realizadas com o termo “particular” em vez de “privada” para melhor entendimento das participantes da pesquisa.

**ANEXO A – PARECER PELA APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM
PESQUISA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE
BRASÍLIA (CEP/IH/UNB)**

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS / UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA / CAMPUS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O que leva famílias de baixa e alta renda a compartilharem a educação e o cuidado de suas crianças com a creche?

Pesquisador: Marina Fernandes

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 19920813.2.0000.5540

Instituição Proponente: Instituto de Ciências Humanas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 412.558

Data da Relatoria: 27/09/2013

Apresentação do Projeto:

Trata-se do projeto de pesquisa intitulado "O que leva famílias de baixa e alta renda a compartilharem a educação e o cuidado de suas crianças com a creche?", de autoria da pesquisadora Marina Fernandes, aluna do curso de mestrado em educação da UnB, com financiamento próprio. A autora argumenta que compartilhar o cuidado e a educação de crianças pequenas tem sido cada vez mais pensado no âmbito familiar; mas, a inserção da mulher no mercado de trabalho, a crescente migração de pessoas da zona rural para a zona urbana ocasionou um maior distanciamento entre familiares e alteração da estrutura familiar, que contribuíram para formas de cuidado alternativo dos bebês. Babás, parentes, amigos, instituições de desenvolvimento infantil conhecidas como centros de lazer e aprendizagem são algumas dessas opções de cuidado e educação dos bebês. Entre eles, encontra-se a creche, instituição de cuidado e educação de crianças de zero a três anos. Diferentemente das opções citadas acima, a creche se caracteriza por ser uma instituição de cuidado coletivo, o que pode trazer questionamentos às famílias sobre suas vantagens para o desenvolvimento de bebês.

Objetivo da Pesquisa:

A pesquisa tem como objetivo principal investigar os motivos pelos quais as famílias optam por compartilhar a educação e o cuidado de suas crianças com a creche. Pretende ainda realizar uma

Endereço: CAMPUS UNIVERSITARIO DARCY RIBEIRO - ICC é ALA NORTE é MEZANINO é SALA B1 é 606 (MINHOÇÃO
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3307-2760 **E-mail:** ihd@unb.br

INSTITUTO DE CIENCIAS
HUMANAS / UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA / CAMPUS



Continuação do Parecer: 412.558

comparação entre famílias de baixa e alta renda para analisar pontos convergentes e divergentes nessas classes sociais pela escolha da creche.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora afirma que não há riscos, pois se trata de uma pesquisa que utiliza exclusivamente a entrevista como procedimento metodológico e, ainda, não serão abordados assuntos polêmicos ou delicados. Entende, os benefícios residem na busca de dados e conhecimentos por intermédio da pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é de cunho qualitativo e utiliza como principal instrumento metodológico a entrevista semiestruturada a fim de explorar os motivos pelos quais as famílias optam por compartilhar a educação e o cuidado de suas crianças com a creche. Serão realizadas duas entrevistas com cada família nos temas: família e creche. Os temas foram escolhidos pelo entendimento de que o centro das duas instituições é o bebê. Quatro famílias serão entrevistadas, totalizando oito entrevistas, sendo que duas famílias são caracterizadas como alta renda e duas como baixa renda. Para cada faixa de renda, a entrevista será feita com a família de um menino e de uma menina. Essas crianças foram escolhidas a partir de duas instituições de educação infantil: CEI 01 de Brasília (pública) e Centro Educacional Parque Encantado (particular). As duas instituições trabalham com crianças na faixa etária de 0 a 3 anos, a creche. A primeira instituição é, atualmente, a única creche pública do Plano Piloto e atende a diversas famílias, não se limitando aos moradores próximos. Seus critérios de seleção são: vulnerabilidade socioeconômica, renda familiar, quantidade de filhos na família e escolaridade dos pais. Já a segunda, existe desde 1982 e atende a população residente próximo ao local em um bairro nobre de Brasília, o de maior renda per capita da capital. A entrevista será realizada de forma simétrica com as famílias, que apresentam o mesmo perfil de renda: uma família de baixa renda responsável por um bebê de seis meses e uma família de alta renda responsável por outro bebê da mesma faixa etária. Os temas das entrevistas serão apresentados em ordem: família, em um primeiro momento, para depois se realizar a entrevista sobre a creche. As entrevistas serão realizadas exclusivamente com adultos, que se declararem responsáveis pelas crianças, independentemente do padrão consanguíneo de composição familiar. Haverá, ainda, um momento de apresentação anterior à etapa da entrevista com a responsável por cada instituição em conjunto com as famílias a serem entrevistadas para a explicação da pesquisa e de como se dará a realização desta. É importante ressaltar que as entrevistas serão gravadas por captadores

Endereço: CAMPUS UNIVERSITARIO DARCY RIBEIRO - ICC e ALA NORTE e MEZANINO e SALA B1 e 606 (MINHOÇÃO)
Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-900
UF: DF Município: BRASILIA
Telefone: (61)3307-2760 E-mail: lhd@unb.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS / UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA / CAMPUS



Continuação do Parecer: 412.558

de voz e transcritas, mas não haverá a utilização de filmagem ou imagens. Além disso, as famílias serão representadas pelo indivíduo que se declara responsável pela criança perante a instituição. Acrescenta, ainda, a pesquisadora que De posse dos dados coletados, a metodologia de análise será iniciada com o reconhecimento de padrões nas falas dos entrevistados. Posteriormente, haverá a fase da categorização dos motivos apresentados. Cada categoria será contrastada com a teoria de suporte a fim de explorar semelhanças e diferenças nos conceitos relatados. Por fim, será feita uma comparação entre os motivos expostos pelas famílias de baixa e alta renda com o intuito de investigar pontos convergentes e divergentes nessas motivações. Também, a pesquisadora utilizará de dados demográficos como fontes secundárias para seleção dos sujeitos da pesquisa (4 sujeitos), no sentido de identificar a renda familiar declarada no formulário de matrícula da instituição, escolaridade do(a) responsável pela criança, idade e sexo da criança.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora apresentou a Carta de Revisão Ética, que estava na condição de pendência. Os demais termos, cronograma (no corpo do projeto) folha de rosto, autorizações das 2 instituições, TCLE (onde se inclui a autorização dos responsáveis representantes das famílias), instrumentos de pesquisa para as creches e famílias, termo de autorização de uso de áudio/voz (não haverá exploração de imagem) foram apresentados.

Recomendações:

Não há recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A considerar que a pesquisadora apresentou a Carta de Revisão Ética, que não havia sido enviada no rol de documentos na primeira submissão ao CEP, meu parecer é pela APROVAÇÃO do projeto.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: CAMPUS UNIVERSITARIO DARCY RIBEIRO - ICC e ALA NORTE e MEZANINO e SALA B1 e 606 (MINHOÇÃO)
Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-900
UF: DF Município: BRASÍLIA
Telefone: (61)3307-2760 E-mail: ihd@unb.br

INSTITUTO DE CIENCIAS
HUMANAS / UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA / CAMPUS



Continuação do Parecer: 412.558

BRASILIA, 01 de Outubro de 2013

Assinador por:
Soraya Fleischer
(Coordenador)

Endereço: CAMPUS UNIVERSITARIO DARCY RIBEIRO - ICC ; ALA NORTE ; MEZANINO ; SALA B1 ; 606 (MINHOCÃO)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3307-2760 **E-mail:** ihd@unb.br